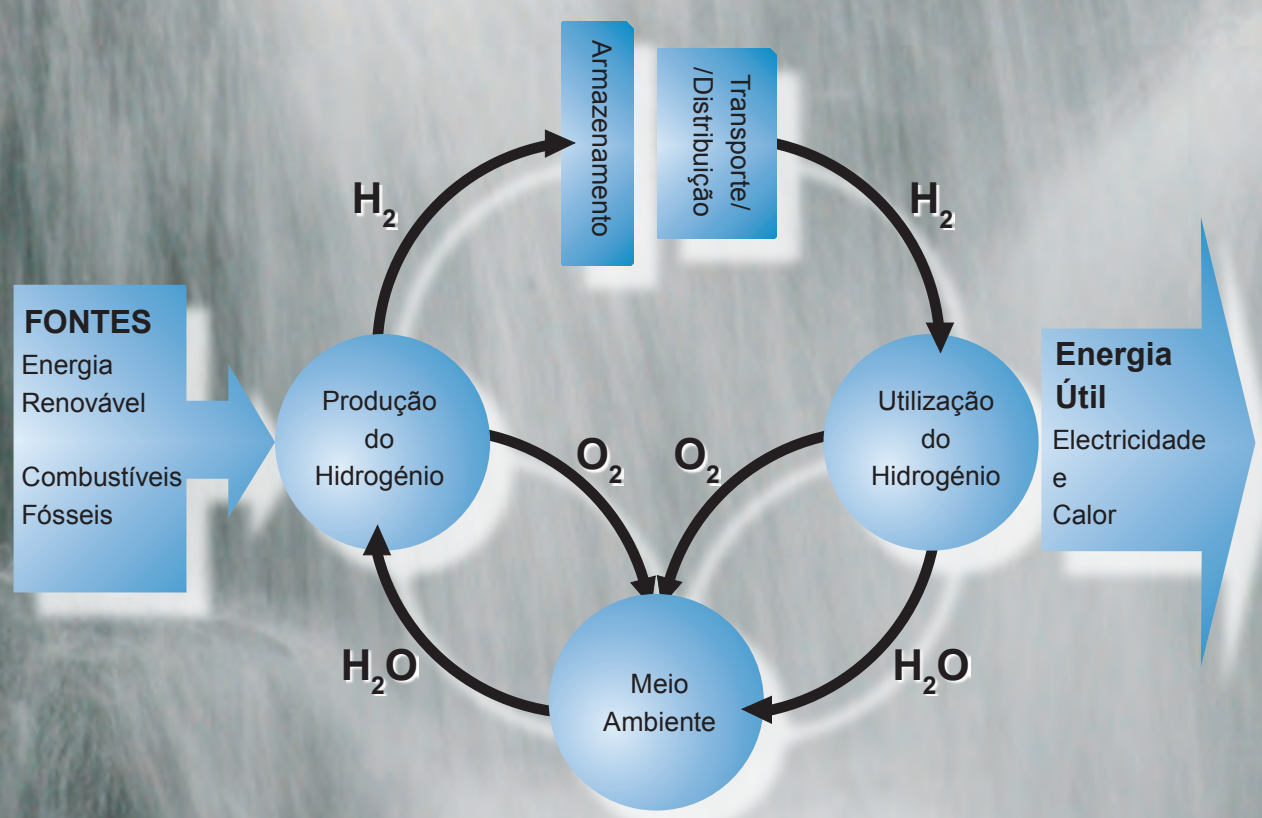
Quercus ambiente

Maio/Junho 2008 • Ano 5 • n.ª29 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

Hidrogénio: quais as suas potencialidades?



▶ Páginas 16/17

AT

Entrevista a Pedro Bingre
Sobre Ordenamento do Território

"O milagre da multiplicação?"

▶ Página 4

DR

Reciclagem de rolhas
Programa Green Cork

Com quantas rolhas se faz um quercus?

▶ Página 10

Avifauna

Aves da Madeira

▶ Página 27

SH

Um Grande Grupo.
Um **Objectivo Comum.**

Parcerias de sucesso para a valorização do ambiente natural e humano.

A missão do Grupo AdP é prestar serviços nas áreas do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e do tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Aproveitando as sinergias de uma gestão integrada dos recursos técnicos e humanos que integram o universo empresarial do Grupo, esta missão é materializada através de parcerias estratégicas com os municípios, as empresas, as instituições e as pessoas, num compromisso que nos permite assegurar, diariamente, serviços de qualidade e em quantidade a mais de 70% da população portuguesa.

Temos como prioridades continuar a aumentar o número de pessoas servidas e a qualidade de serviço nas nossas áreas de actividade e estamos a desenvolver actividades complementares e a concretizar novas parcerias estratégicas para garantir a protecção e valorização do ambiente natural e humano.

Trabalhando em conjunto por este objectivo comum, **asseguramos um crescimento sustentado**.

ÁGUAS DE PORTUGAL

www.adp.pt

O presente projecto, co-financiado pela União Europeia, contribui para a redução das disparidades sociais e económicas entre os cidadãos da União Europeia

Atraso na transposição da Directiva de Responsabilidade Ambiental

Se até agora a Lei de Bases do Ambiente festejava sozinha o seu aniversário no mês de Abril, a partir deste ano, este mês passa a poder ser recordado por se completar também o aniversário do atraso na transposição da Directiva de Responsabilidade Ambiental (Directiva 2004/35/CE, de 21 de Abril)

Direcção Nacional da Quercus

O seu prazo de transposição terminou em 30 de Abril de 2007, é um documento que permite colmatar uma lacuna importante na Política Comunitária Ambiental, na medida em que inexistia legislação aplicável em toda a União Europeia (EU) que previsse a responsabilização efectiva dos autores de danos ambientais, reforçando a sua impunidade.

A lei de bases do ambiente

No passado dia 7, esteve de parabéns a Lei de Bases do Ambiente, que fez 21 anos. Na década de 80, numa altura em que o Direito do Ambiente ainda dava os primeiros passos, esta Lei apresentou-se como um impulso generoso na concretização da nossa Constituição Ambiental. No entanto, e infelizmente, a generosidade de muitas das orientações desta Lei ficou-se pelas boas intenções, na medida em que algumas das suas matérias permanecem até hoje sem regulamentação.

É o caso da Responsabilidade Civil Ambiental, sobre a qual a Lei de Bases do Ambiente estabeleceu directrizes importantes como a obrigação de indemnização, independentemente da culpa do agente (responsabilidade objectiva), e a obrigação de seguro de responsabilidade civil para as actividades que envolvam alto grau de risco para o Ambiente.

A Directiva de Responsabilidade Ambiental

Para além de uma Lei de Bases por regulamentar há mais de 20 anos, o passado mês de Abril foi também mês de aniversário do atraso do Estado Português na transposição da Directiva 2004/35/CE, de 21 de Abril, relativa à Responsabilidade Ambiental em termos de Prevenção e Reparação de Danos Ambientais, cujo prazo de transposição terminou em 30 de Abril de 2007.

Já por diversas vezes a Quercus procurou obter informações junto do Ministério do Ambiente quanto à previsão para a transposição da Directiva, sem nunca ter obtido uma resposta, mantendo-se também o silêncio do mesmo Ministério quanto às preocupações reveladas e posições assumidas pela Associação.

Os riscos da transposição e propostas da Quercus

São diversos os pontos da Directiva, nos quais a Quercus entende que há maior perigo de uma transposição incorrecta, considerando as "portas abertas" da Directiva, designadamente quanto ao âmbito das espécies e habitats protegidos, extensão da responsabilidade objectiva e caso particular dos organismos geneticamente modificados.

Particular preocupação merece o facto de a Directiva deixar à escolha de cada Estado estabelecer ou não a obrigatoriedade de garantias financeiras. Quanto a este ponto, entende a Quercus que é imprescindível a obrigatoriedade de garantias financeiras, na medida em que uma eficaz reparação ambiental não pode ficar dependente do capital e património do agente poluidor, ainda para mais tendo em conta que a indústria nacional assenta, maioritariamente, em pequenas e médias empresas, e que a proporção da dimensão de um dano ambiental não é necessariamente a mesma que a da solvabilidade do operador. Entende, assim, a Quercus que o diploma de transposição deve especificar e regulamentar convenientemente as garantias financeiras que devem estar disponíveis para estes efeitos, e regulamentar a actividade de todas as entidades privadas e públicas intervenientes neste sector (v.g. Seguradoras, Bancos, entidades reguladoras e fiscalizadoras).

Não obstante esta ser uma das "portas abertas" da Directiva que mais preocupação levantou na transposição nos outros Estados-Membros, o que é certo é que em Portugal esta "porta" está fechada pela Lei de Bases do Ambiente. Estando a Lei de Bases por regulamentar quanto a este aspecto da obrigatoriedade de seguro de responsabilidade civil, já há mais de 20 anos, cumpre presentemente ao Estado não só transpor a Directiva de Responsabilidade Ambiental, como finalmente cumprir com as orientações estabelecidas pela referida Lei de Bases. Aliás, o Estado não tem outra alternativa senão transpor a Directiva dentro do que por esta é imposto, e respeitar a Lei de Bases em tudo no que a mesma for mais estrita e exigente. Se a Directiva não impõe a obrigatoriedade de seguro de responsabilidade civil, a Lei de Bases é peremptória quanto a este aspecto, pelo que o diploma de transposição terá de cumprir também com as exigências daquela sob pena de inconstitucionalidade.

O Ministério do Ambiente tem mantido "em segredo" todo o processo de transposição, ao arrepio de todas as regras de transparência e de participação das ONGAs e demais público nos processos legislativos, previstas designadamente na Convenção de Aarhus, de 1998, da qual Portugal é signatário.

Gostaria por isso, a Quercus, que o Estado Português garantisse a participação das ONGAs e demais público, neste como em outros processos de transposição de Directivas e elaboração de legislação em matéria ambiental, ao abrigo designadamente do art. 8.º da referida Convenção, enquanto as opções ainda estiverem em aberto, sendo que com vista a tal participação, devem ser fixados prazos suficientes para uma participação efectiva; divulgadas propostas de legislação, ou colocadas à disposição do público por outros meios; devendo ainda ser dada oportunidade ao público de comentar, directamente ou através de órgãos consultivos representativos.

IDALINA PERESTRELO

EDITORIAL

Pode o turismo ser sustentável?

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

A protecção do ambiente é hoje uma preocupação transversal a toda a sociedade e requer a participação e contributo de todos, desde os cidadãos até aos governantes e empresários. Todos nós temos a percepção de que algumas áreas de actividade da nossa sociedade têm maiores consequências negativas sobre o ambiente do que outras e é também cada vez mais evidente que o sucesso de alguns sectores económicos está muito dependente da qualidade ambiental que conseguimos garantir.

O turismo é um destes sectores onde, por um lado, a qualidade ambiental é essencial para o seu desenvolvimento e, por outro lado, o seu crescimento desregrado leva à degradação da sua própria base de sustentação – os valores ambientais. Estamos portanto perante a exigência, para benefício do turismo, de ter de garantir o respeito pelos equilíbrios naturais, pela minimização dos problemas de poluição e pela salvaguarda dos valores paisagísticos. Uma boa parte dos investimentos turísticos em Portugal está ainda associado a projectos pesados, com um número de camas excessivo que torna impossível o necessário equilíbrio com o meio envolvente. Muitas vezes estes projectos estão associados a puros investimentos imobiliários que pouco ou nada têm a ver com o sector, com a agravante de nalguns casos serem desenvolvidos em sítios da Rede Natura 2000 e em áreas de Reserva Ecológica Nacional.

Apesar de Portugal ser ainda muito conhecido como um destino de sol e praia não tem necessariamente de se manter refém desse modelo que continua associado ao turismo de massas. Portugal apresenta enormes potencialidades ao nível do turismo da natureza e do turismo rural que estão por aproveitar. Pode, por aí, distinguir-se de outros destinos e ganhar na competição com outros países. Pode ainda, garantir espaços naturais de excelência e uma qualidade ambiental invejável mas para isso terá de reverter o caminho que tem seguido e apostar num adequado ordenamento do território, na conservação da natureza e biodiversidade e na manutenção dos valores rurais.

Não será fácil obter uma actividade turística sustentável em termos ambientais mas é possível alcançar um patamar de menores impactes ambientais negativos e de maior sustentabilidade económica a médio e longo prazo. Para isso é necessário o empenho dos governantes e uma maior sensibilidade dos próprios investidores.

Entrevista

a Pedro Bingre

sobre Ordenamento do território

"O milagre da multiplicação?"

"

Pedro Bingre tem 34 anos, é engenheiro florestal, mestre em Planeamento Regional e Urbano, e docente do Ensino Superior. Prepara o doutoramento em ordenamento do território aplicado aos espaços florestais e conservação da biodiversidade. Considera que o ordenamento do território é um tema que, no nosso país, tem sido subestimado no seu significado económico, político e social. Que boa parte das injustiças sociais, das ineficiências económicas e atentados ambientais que afligem o nosso país resultam de más políticas de solos e de urbanismo.

"

DR

Sofia Vilarigues

O que lhe despertou o interesse para política de ordenamento do território?

No início do meu percurso académico comecei por estar interessado nos danos que o desordenamento do território provoca sobre a paisagem agro-florestal e a biodiversidade. No entanto, à medida que progredia nos estudos o meu interesse foi-se transferindo cada vez mais para a fonte dos problemas: as causas políticas, jurídicas e económicas da péssima gestão do uso do território. Estou convencido que o nosso desordenamento urbanístico é mais do que uma questão ambiental: é acima de tudo um problema de injustiça social e de ineficiência económica, resultante de políticas de solos inaceitáveis num moderno Estado de Direito Democrático. A expansão urbana desordenada a que assistimos não viola só os princípios de sustentabilidade ambiental: viola também inúmeros princípios económicos e sociais consagrados na Constituição da República Portuguesa.

A propriedade do solo é fonte de poder económico e causa de desigualdade social?

Sim. O nosso quadro jurídico, nomeadamente o Código Civil, o Código Tributário e a legislação de âmbito urbanístico permitem a uma minoria de loteadores de solos urbanizáveis saquear a riqueza colectiva usando os alvarás como álibi. Esse uso da propriedade privada é um verdadeiro roubo dos bens públicos. Não o digo no sentido da famosa fórmula anarquista — "toda a propriedade é um roubo". Digo-o num sentido muito específico: o abuso dos direitos de propriedade privada do solo, por via dos alvarás de loteamento, é uma maneira de enriquecer à custa do empobrecimento alheio.

A propriedade do solo mal regulamentada pode facilmente causar ineficiências económicas e desigualdades sociais porque interfere radicalmente com a vivência humana. Qualquer actividade económica que, seja uma actividade meramente intelectual como o exercício da advocacia, seja uma actividade de criação de bens materiais, como por exemplo produtos agrícolas ou industriais, requer a ocupação de um troço do território. A própria vida das pessoas requer espaço à superfície da terra. Nenhum de nós pode viver sem espaço; nem gozar a sua vida nem exercer uma profissão. Portanto, quem tiver o direito de cobrar aos demais o uso do solo tem o tremendo poder de controlar a sua vida e a sua actividade económica. Ora, no contexto geográfico e humano de hoje, qual é o solo mais procurado? O urbano e o urbanizável. Quem os controlar, controla por inerência os destinos de boa parte da economia e da sociedade. Daí a minha preocupação acerca das expansões urbanas e seus efeitos económicos, como as mais-valias urbanísticas.

Poderia esclarecer melhor esses conceitos?

Sim, vem a propósito esclarecer um pouco mais detalhadamente o que está em causa nas expansões urbanas, quanto mais não seja para identificar melhor os passos problemáticos dos processos de urbanização. Dito de forma abreviada, uma "mais-valia urbanística" é o acréscimo de valor sofrido por um terreno rústico, agrícola ou florestal, a partir do momento em que recebe um alvará de loteamento que dê início à urbanização. Este acréscimo de valor pode ser da ordem das centenas ou milhares por cento. Não é raro que um terreno rústico de dez mil euros por hectare passe a valer mais de um milhão por hectare com a mera emissão do alvará.

Regressando ao processo de urbanização, dizia eu que na prática se divide em três etapas: o loteamento, a infra estruturação e a edificação.

O loteamento, uma mera operação jurídico-administrativa em que um terreno agrícola é repartido em lotes privados para construção, e certas parcelas desse terreno são reservadas para as acessibilidades e outras infra-estruturas comunitárias. É nesta fase que se desenha a malha urbana, decide a volumetria e os usos a autorizar em cada lote. É por via do loteamento que o terratenente realiza as mais-valias urbanísticas, mesmo sem ter realizado qualquer obra física.

HELDER SPÍNOLA

> “A meu ver, é na fase de loteamento que surgem os abusos aos direitos de propriedade privada.”

A infra estruturação, o processo de construir a malha urbana no que concerne a acessibilidades e infra-estruturas públicas. É neste processo que se desenham e constroem ruas, praças, avenidas, jardins, etc. É nesta fase que se determina a qualidade dos equipamentos do espaço público, desde as calçadas à iluminação.

A edificação, o processo de construção dos edifícios nos respectivos lotes, em obediência aos planos de urbanização.

A meu ver, é na fase de loteamento que surgem os abusos aos direitos de propriedade privada.

De que modo é que a regulamentação da propriedade do solo — e dos alvarás de loteamento — tem impactes ao nível ambiental?

A meu ver, o aspecto mais problemático dos direitos de propriedade em Portugal resulta justamente de incluírem o direito a lotear mediante alvará. O proprietário não comete nenhuma injustiça por ser proprietário propriamente dito, mas por se tornar loteador. Quando se oferece a um particular, mediante aquele alvará, o direito a criar cidade nos seus terrenos, este ganha o poder de subordinar os destinos do território aos seus próprios calendários e ambições materiais. Como o loteador está naturalmente interessado em maximizar os seus rendimentos, irá com certeza urbanizar com a máxima densidade possível onde quer que possa, e especular com os imóveis durante o máximo de tempo que conseguir. Os resultados ambientais são evidentes: excesso de construção, urbanização em locais ecologicamente sensíveis, pulverização da malha urbana, abandono da agricultura e da floresta.

Mas não poderá ser considerado legítimo que os loteadores queiram maximizar os seus rendimentos actuando dessa forma?

Não, porque essa forma de enriquecer é obtida por uma mera manipulação política do mercado, e não por mérito económico. Repare, o valor de um terreno agrícola num mercado bem regulamentado não ultrapassa a capitalização da sua renda agrária: ou seja, situa-se por norma abaixo dos dez mil euros por hectare. Quando se valoriza às custas de um alvará de loteamento, pode facilmente ser vendido a um milhão de euros ou mais. Estes 990.000 € de valorização não são propriamente lucros, nem juros: são uma renda fundiária diferencial, de origem

DR

político-administrativa, obtida à custa da discriminação dos cidadãos. O alvará que gerou as mais-valias urbanísticas oferece ao loteador uma fortuna sem mérito produtivo, enquanto praticamente obriga os compradores de habitação a endividarem-se por décadas para pagar o direito a habitar.

Imagine alguém que compra uns hectares de terreno nos arredores de Coimbra, com a intenção de cultivá-los. Compra-os, no máximo, aos tais dez mil euros por hectare. Passados uns meses consegue, sabe-se lá como, receber um alvará de loteamento que lhe permite dividir cada hectare (10000m2) em vinte lotes de 300 metros quadrados para moradias unifamiliares, desde que ofereça à autarquia 4000 metros quadrados de “área de cedência”. Pois bem, no mercado imobiliário dessa cidade cada um desses lotes vale 100.000 €, mesmo sem qualquer infra-estrutura. Acto contínuo, o loteador pode pôr o terreno à venda e sacar do mercado 2.000.000 € por hectare. Ou seja, a partir do momento em que recebe um alvará de loteamento, o seu terreno que valia 10 mil euros passou a valer 2 milhões de euros. É o milagre da multiplicação. Quem paga o milagre? Os hipotecados!

Diga-se de passagem que embora muitos textos de Urbanismo chamem a estes rendimentos “mais-valias urbanísticas”, essa designação não é correcta porque os identifica equivocadamente com as “mais-valias” da doutrina marxista e as “mais-valias” das actividades da bolsa de valores. A designação correcta para a valorização dos terrenos é “renda diferencial urbanística”, cuja origem é inteiramente política e independente dos méritos económicos do beneficiário.

De que forma é que tal afecta o ordenamento do território? Como é que poderá ser ultrapassado tal problema?

Afecta extraordinariamente. Afecta tão extraordinariamente que em praticamente todos os países ocidentais as mais valias urbanísticas são retidas pelo Estado para evitar a especulação, o rentismo e a corrupção. Isto é, quando um terreno se valoriza por ter sido reclassificado de agrícola em urbanizável, toda ou quase toda a valorização que o terreno sofre reverte para o erário público, cabendo ao proprietário inicial receber como indemnização somente o valor agrícola original do terreno.

Em Portugal era assim até 1965, ano em que Marcelo Caetano promulgou um Decreto-Lei que privatizou os loteamentos, abrindo a porta à concessão de alvarás aos proprietários interessados em urbanizar os seus terrenos. Em minha opinião, esse decreto-lei foi a sentença de morte para o urbanismo português. Qualquer pessoa com um mínimo de perspicácia pode constatar que todos os bairros urbanisticamente decentes das nossas cidades foram construídos antes de 1965.

Porquê? Insisto: até 1965 a Administração Pública portuguesa seguia o modelo que era muito usual em praticamente toda a Europa, onde só os terrenos do Estado é que podem ser urbanizados. Por exemplo, em Inglaterra, desde 1946 até hoje, estão interditas todos os loteamentos de terrenos particulares. O mesmo na Holanda onde nenhum terreno é urbanizado sem passar à posse do Estado. O proprietário de terrenos agrícolas, ao perdê-los, recebe como indemnização o valor agrícola inicial e não o valor especulativo que teria se pudesse urbanizá-lo ele próprio. Repare que esse “valor inicial do terreno agrícola” é um valor correspondente a basicamente todas as receitas da produção agrícola da vida do proprietário, ou seja ele não tem qualquer perda económica – pode reformar-se desde logo com todo o conforto que teria se houvesse cultivado toda a vida.

Para nosso azar, em 1965 o Marcelo Caetano fez passar um decreto-lei onde autorizava os loteamentos dos terrenos particulares, bastando para isso que houvesse uma aprovação do então equivalente às actuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Basicamente, a partir daí, o urbanismo em Portugal passou a andar a reboque dos interesses particulares. O proprietário passou a ter a possibilidade de enriquecer literalmente do dia para a noite, com alvarás de loteamento. E a enriquecer tanto mais, quanto mais densa fosse a urbanização.

O que dá origem a pressões...

Tremendas! Evidentemente que neste contexto todo o proprietário quer construir. E quer construir o mais denso possível, mesmo que no seu terreno haja valores ambientais a preservar, ou mesmo que o seu terreno seja de todo inadequado para um bom desenho de malha urbana. E no entanto, pressionando a administração pública, muitos deles conseguem obter o

alvará de loteamento que pretendem, mesmo para os terrenos com as localizações mais absurdas.

Naturalmente isto cria um clima de suspeição generalizada. Há urbanizações surrealistas que nunca deveriam ter sido aprovadas, mas foram-no. Porquê?

Há quem diga que são aprovadas pelos autarcas para assim poderem encher os cofres da edilidade com taxas de urbanização. Ora, essa é uma lenda urbana extraordinariamente contra-producente que tem sido veiculada pelos ambientalistas, mas que é falsa e tem servido de autêntico álibi para os loteadores.

É errado julgar que as câmaras lucram com os loteamentos. Foi provado à saciedade, em estudos feitos pelas nossas melhores universidades, que as taxas de urbanização são mais do que insuficientes para cobrir os encargos inerentes que os municípios têm de suportar à posteriori para ligar as novas urbanizações às redes de saneamento, às redes viárias, às redes eléctricas, etc. Quanto mais alvarás de loteamento uma câmara municipal concede, mais se endivida, porque as taxas de urbanização não conseguem fazer face às despesas.

Então porque têm havido essas concessões de alvarás de loteamentos?

Porque a pressão dos proprietários dos terrenos e dos loteadores é proporcional aos ganhos privados, ou seja, colossal. Nalguns casos, como alguns que têm vindo a lume e estão em tribunal, são os próprios autarcas os principais loteadores do município. Repare como quase todos os casos de corrupção noticiados na imprensa nacional tiveram as urbanizações como móbil... Tornou-se um espectáculo tão habitual que um recente filme português sobre corrupção teve por tema do enredo... os alvarás de loteamento e as fortunas que eles trazem!

O que é que poderia ser alterado no quadro legal?

Nós não precisamos de reinventar a roda. Bastaria, para começar, copiar nem que fosse em grosso a legislação dos países mais avançados do mundo. Poderia ser a legislação britânica, poderia ser a legislação holandesa, dinamarquesa, alemã, não faltam bons exemplos.

Em síntese, o que estabelece essa legislação?

A meu ver, seria necessário em Portugal revogar a legislação que evoluiu a partir da lei dos loteamentos de 1965. E, deveria-se adoptar uma legislação inspirada no Town and Country Planning Act, de 1946, britânico – o qual interditou toda e qualquer acção urbanizadora em terrenos particulares.

Em segundo lugar, estabelecer-se-ia um novo enquadramento jurídico às três fases de expansão urbana. A saber: o loteamento, a infra estruturação e a edificação.

O loteamento, o acto que consiste em passar um terreno de agrícola para urbano e fragmentá-lo em lotes, é uma operação meramente jurídico-administrativa, seria uma empreitada 100% pública, e só passível de ser realizada em terrenos públicos. Como é que esses terrenos viriam à posse pública? Os proprietários seriam expropriados dos seus terrenos, recebendo o equivalente ao valor à perpetuidade das culturas agrícolas que neles praticavam e o custo de construção das benfeitorias aí instaladas, adicionada por uma compensação por perdas afectivas. Ou seja, o proprietário não teria nenhuma perda económica, face à actividade agrícola que praticava, embora fosse ressarcido pela perda de uma propriedade agrícola e não pela perda de uma propriedade urbanizável. Não teria em caso algum direito a ser indemnizado por ter visto goradas as suas expectativas de urbanizar o seu terreno; isto é o cerne da questão. Por exemplo, na Holanda, um proprietário que tem um campo de beterrabas ao lado de Amsterdão sabe que se a cidade precisar de crescer será expropriado desse campo de beterrabas e receberá exactamente o valor de um campo de beterrabas e não o valor do loteamento. Em Portugal o que se passa é justamente o contrário. Veja o caso da Quinta da Marinha, no Cabo Raso de Cascais. Um plano de ordenamento do território que vigorou temporariamente concedeu aos proprietários o direito de lotear um pinhal manso que, na condição original, teria um valor agro-florestal de mil e quinhentos euros por hectare no máximo. Como esse plano de ordenamento foi revogado e remeteu o terreno de novo para a categoria agro-florestal, o proprietário começou a exigir ao Estado uma indemnização de, se não estou em erro, cerca de um milhão e duzentos mil euros por hectare por ter visto goradas as suas expectativas. Isto não se passa em nenhum país civilizado do mundo e não há razão para que se passe em Portugal.

Passando à infra-estruturação: esta consiste na construção das infra-estruturas públicas de saneamento, acessibilidades, comunicações, educação, saúde, etc. Isto deve ser uma obra de parceria público-privada, ou melhor dizendo uma empreitada de obras públicas. O Estado encomenda a obra e lança a concurso público a sua execução. Nada que não seja feito no resto da Europa e nada que não fosse feito em Portugal até 1965. Em Portugal, se uma pessoa quiser comparar os efeitos da legislação antes e pós 65, compare bairros anteriores a 65, como o Bairro de Alvalade, com a Praça de Londres, com o Bairro do Restelo em Belém, com os bairros pós 65, compare com Miraflores, com a Reboleira, com o Cacém, com Odivelas. Compare Campo de Ourique com Telheiras e verá a diferença entre uma obra pré 65 e uma obra pós 65. É curioso comparar, por causa destas políticas, o metro quadrado de habitação em Berlim custa menos de metade do que custa um metro quadrado de habitação em Lisboa. Em Berlim anda à volta dos 1000 euros por metro quadrado, ao passo que em Lisboa anda à volta dos 2000 euros e acima disso. Mesmo sendo em Berlim a maioria moradias unifamiliares.

IDALINA PERESTRELO

> “O enriquecimento que se tem operado à custa das mais valias urbanísticas é um enriquecimento directamente proporcional ao endividamento de duas gerações de portugueses e inversamente proporcional ao investimento na investigação e na indústria.”

Quanto à Edificação: esta, por sua vez, é o acto de construção dos edifícios isoladamente considerados, em cada um dos lotes. Isto deve ser uma obra 100% privada. Como é que o Estado executa essa obra? Leva a leilão os lotes vazios, cada qual já com uma volumetria definida.

Tem havido um uso abusivo da figura de PIN (Projectos de Potencial Interesse Nacional) e de utilidade pública? De que maneira isso tem afectado o ordenamento do território?

Há dois tipos de situações com os PIN, em termos de política de solos: os PIN de infra-estruturas industriais e os PIN de infra-estruturas habitacionais.

No caso dos PIN para construção habitacional, seja de turismo residencial seja hoteleiro, nós estamos basicamente a assistir à governamentalização de todas as injustiças que já se praticam ao nível dos PDMs e CCDRs na concessão de alvarás e no enriquecimento imerecido e discricionário de loteadores. De cada vez que o PIN autoriza o loteamento para turismo residencial está a distribuir mais valias por quem entende. Veja-se o caso noticiado no Público, da Quinta do Lago, onde um troço de terreno rústico que em termos agro-florestais teria um valor não superior a 5 mil euros por hectare, passou a estar cotado a 1 milhão de euros por hectare. É uma fortuna trazida pelo vento, “*windfall gain*” como dizem os ingleses, por decisão governamental.

Uma nota importante: quando aqui falo de proprietários de terrenos, o mais importante é a questão de ser loteador, um papel que pode ou não ser desempenhado pela mesma pessoa. O parasita é o loteador, não é necessariamente o proprietário, que pode ter sido enganado pelo loteador, ou o construtor ou o promotor imobiliário.

Para resumir: tudo o que estou a propor resume-se a uma coisa: o loteador devia ser o Estado. E devia lotear em função do interesse colectivo.

No que se refere aos PIN das infra-estruturas industriais, isso é de analisar caso a caso. Nas infra-estruturas industriais não há um enriquecimento imerecido. Poderá haver num ou noutro caso, pelo relaxamento das restrições ambientais, por exemplo, mas é necessário avaliar caso a caso.

Há mais algum exemplo que gostasse de apontar, no âmbito desta questão?

Vou dar um exemplo: o Alqueva. Que é também um exemplo de como neste momento, em Portugal, a maior parte do grande investimento económico que é feito é sempre capturado por grupos rentistas. Começa-se com terrenos originariamente de sequeiro, a valerem um máximo de 3 mil euros por hectare. Constrói-se o Alqueva. Graças a isso o terreno passa a ter potencial de regadio e portanto a valer cerca de 8 mil euros por hectare. A contribuição autárquica não aumenta. O proprietário não paga qualquer imposto adicional pela valorização que o seu terreno sofreu. O seu terreno sofreu uma mais-valia pela realização de uma obra pública mesmo à sua berma — mas o proprietário não paga nada por essa obra, paga todo o colectivo. Finalmente, o mesmo proprietário, contente por ter ali uma albufeira, começa a pensar nas perspectivas urbanísticas e pede um projecto de interesse nacional, um PIN, para lotear esse terreno. E o terreno, qual milagre, passa a valer um milhão de euros por hectare.

No caso do novo aeroporto, como evitar a especulação urbanística desses terrenos em redor?

Justamente consagrando a posse pública das mais valias urbanísticas.

Para finalizar, há algo que gostaria de acrescentar ao que já foi aqui dito?

Na economia portuguesa, a caça de mais valias urbanísticas, ou aquilo que a teoria económica chama a procuração de rendas (“*rent-seeking activities*”), tem sido alfa e o ómega de toda a vida dos empresários e dos políticos. Sucede que as mais valias urbanísticas, que têm permitido o enriquecimento súbito de muitos cidadãos, e já agora o financiamento de aparelhos partidários, têm estado a ser pagas com empréstimos à habitação de 30 e 40 anos. O enriquecimento que se tem operado à custa das mais valias urbanísticas é um enriquecimento directamente proporcional ao endividamento de duas gerações de portugueses e inversamente proporcional ao investimento na investigação e na indústria. Tudo isto foi agravado pela gigantesca bolha imobiliária que cresceu entre 1995 e 2005, inchada pela injecção de crédito fácil e juros baixos. Agora que os juros recomeçaram a subir e o crédito a escassear, a bolha estoirou; que faremos às centenas de milhar de habitações vazias e sobrevalorizadas? Quem pagará os custos económicos e ambientais de mantê-las? O pequeno grupo de loteadores que enriqueceram imerecidamente à custa de mais-valias urbanísticas, ou a multidão de portugueses hipotecados até à medula?

Esclarecimento aos sócios

A Direcção Nacional
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

No seguimento de algumas notícias vindas a público sobre a angariação de fundos da Quercus, bem como sobre a demissão da Direcção do Núcleo de Lisboa, a Direcção Nacional considerou importante emitir um esclarecimento aos sócios, no sentido de procurar desfazer dúvidas ou equívocos que esta situação possa ter provocado.
Tendo em conta que as notícias acima referidas ocorreram em sequência de intervenções da ex-Presidente da Direcção do Núcleo de Lisboa junto da comunicação social, interessa desde já referir que, apesar das suas recentes críticas ao sistema de angariação de fundos em vigor na Quercus, não deixou de a ele recorrer inúmeras vezes, tendo apenas iniciado as suas críticas após uma possível parceria não ter contemplado um dos projectos pelo qual era responsável.

A angariação de fundos
A Quercus, para além de outros colaboradores menos especializados na área e dos seus vários dirigentes, dispõe de um recurso humano, directamente dependente da Direcção Nacional (DN), responsável pelo contacto com outras organizações públicas e privadas, com o propósito de promover parcerias que viabilizem o desenvolvimento de projectos que têm sido implementados e que são do conhecimento público. A intervenção deste colaborador só se efectiva quando os responsáveis pelos projectos não têm disponibilidade ou condições para desenvolver a angariação de apoios. Em todas as restantes circunstâncias a angariação de apoios é feita pelos próprios responsáveis por cada projecto.
Até muito recentemente (final do ano de 2007) o contrato existente com o angariador previa apenas a aplicação de uma percentagem sobre o valor angariado, que poderia ser de 10% (na área da conservação da natureza) ou 15% (nos restantes casos). Ainda que este colaborador seja remunerado com base nos resultados obtidos, desde que está em funções tem auferido valores inferiores aos que a Quercus despende com alguns dos seus recursos humanos contratados em regime de trabalho dependente. Tal ficou a dever-se, essencialmente, ao facto dos montantes angariados serem relativamente baixos, mas permitiu garantir que não estava posta em causa a equidade entre os diversos colaboradores da Associação.
Com o surgir da possibilidade de angariação de apoios de montantes mais significativos, foi decidido renegociar o contrato existente, introduzindo patamares de remuneração, permitindo que a percentagem diminua à medida que o valor angariado aumenta. Não obstante o contrato anterior terminar apenas em Abril de 2008, o angariador de fundos demonstrou sempre total disponibilidade para renegociar um novo contrato, no qual fosse possível integrar as salvaguardas acima referidas, o que aconteceu com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.
A opção por um modelo de remuneração por objectivos/resultados fica a dever-se, essencialmente, à indisponibilidade financeira da Associação para contratar mais um colaborador num regime de vencimento fixo e não a uma qualquer obstinação ou defesa ideológica de um dado modelo de remuneração. Contudo, estando ciente que este não é modelo preconizado internacionalmente como "boas práticas" na área da angariação de fundos, a Quercus assumiu o compromisso de, logo que possível, procurar garantir as condições financeiras necessárias para que futuros contratos possam respeitar as recomendações da Declaração Internacional de Princípios de Ética em Angariação de Fundos.

A demissão da Direcção do Núcleo de Lisboa
Outra das questões que veio a público prende-se com a demissão, por parte da Direcção Nacional, da Direcção do Núcleo de Lisboa.
Tendo em consideração que a sócia Aline Delgado (ex-presidente do Núcleo de Lisboa) colocou a Quercus em tribunal devido a uma diferença de opiniões quanto à não renovação de um contrato de trabalho a termo (onde incluiu o pedido de uma indemnização de 25 000 euros por danos morais); e que no âmbito desse mesmo processo contactou representantes de entidades parceiras da Quercus para que pudessem ser suas testemunhas, afectando directamente a imagem pública da Associação, violando, por isso o dever de todos os sócios (e ainda mais dos dirigentes) de salvaguardar o bom nome da Associação (como descrito no artigo 9º da alínea a) dos Estatutos), a Direcção Nacional solicitou um parecer à Comissão Arbitral sobre o procedimento a seguir. Esse parecer indicou que a sócia Aline Delgado se deveria demitir ou ser demitida, caso não o efectivasse por vontade própria. Perante a gravidade da situação, o Conselho de Representantes resolveu debater e deliberar sobre o assunto, acabando por apoiar as conclusões do parecer da Comissão Arbitral.

Em sintonia com as deliberações da Comissão Arbitral e do Conselho de Representantes, e tendo em conta a manifesta incompatibilidade entre a dupla posição da sócia Aline Delgado representar a Quercus como dirigente ou colaboradora e, ao mesmo tempo, manter um litígio judicial contra a Quercus, a Direcção Nacional decidiu a 12 de Abril último:
1. Comunicar aos membros da actual Direcção do Núcleo Regional de Lisboa que deveriam abdicar das suas funções na Associação no prazo de 5 dias úteis a contar da data de envio da mensagem de email, reforçando esse envio com uma carta registada para a morada do Núcleo;
2. Decorridos esses cinco dias úteis considerar automaticamente consumada a demissão da Direcção do Núcleo Regional de Lisboa;
3. Posteriormente, realizar uma reunião entre representantes da DN e os membros da ex-Direcção do Núcleo (com excepção da sua ex-presidente) no sentido de ser formada uma Comissão de Gestão;
4. Inibir a sócia Aline Delgado de se candidatar a qualquer cargo de dirigente, no decurso da pendência do processo judicial que intentou contra a Quercus, o mesmo acontecendo a qualquer outra colaboração remunerada ou voluntária com a Associação.
A destituição de toda a Direcção do Núcleo, e não apenas da Presidente, justificou-se, pois sem Presidente e sem Tesoureiro (já se tinha demitido antes e nada foi comunicado à DN sobre a sua eventual substituição) o Núcleo deixou de ter uma estrutura mínima que lhe permita funcionar com normalidade (de acordo com o ponto 1 do artigo 14º dos Estatutos da Quercus a Direcção de Núcleo é constituída por um mínimo de 3 associados sendo um presidente, um tesoureiro e um secretário).
Uma vez que, os então dirigentes do Núcleo de Lisboa não apresentaram a sua demissão voluntariamente, não devolveram os materiais pertencentes à Quercus durante o período estabelecido (nomeadamente as chaves do espaço do Núcleo, o livro de cheques, os telemóveis, os registos da contabilidade mais recente), nem prestaram quaisquer esclarecimentos sobre situações pendentes que requerem acompanhamento, a DN viu-se obrigada a agir no sentido de repor a legalidade e implementar a deliberação tomada.
Dando seguimento à deliberação inicial, a DN procurou ainda dinamizar uma reunião com os ex-dirigentes do Núcleo de Lisboa (com excepção da sua ex-presidente), no sentido de definir a constituição da Comissão de Gestão do Núcleo, na qual nenhum dos ex-membros da Direcção marcou presença.
No decorrer deste processo a ex-Presidente do Núcleo de Lisboa e vários dos restantes ex-dirigentes desta estrutura regional recorreram sistematicamente e de forma reincidente à comunicação social para expor no exterior da Associação os seus argumentos, fazendo falsas acusações que puseram em causa a imagem, bom-nome e credibilidade da Quercus, violando a alínea a) do artigo 9º dos Estatutos relativo aos deveres dos Associados: "colaborar no cumprimento dos fins da Associação e zelar pelo seu bom-nome e prestígio".
Lisboa, 7 de Maio de 2008

Nova micro-reserva

Carvalhal da Barranca da Loba

Quercus e a Herdade do Freixo do Meio assinaram um protocolo de colaboração com vista à gestão de um um carvalhal que fica agora integrado na nossa rede de micro-reservas biológicas.

A herdade do Freixo do Meio é uma propriedade com cerca de 1900 ha situada no concelho de Montemor-o-Novo quase toda ocupada por montado de sobro e azinho onde se faz uma exploração agro-silvo-pastoril sustentável, com base no Modo de Produção Biológico. É feita também a transformação da carne e vegetais produzidos na herdade além da exploração, de forma multifuncional, de outras vertentes deste sistema - a cortiça, madeira, azeitona, azeite, lãs, ovelhas, cabras, vacas, porcos e perus, 4ªgama de vegetais, todos os cortes, transformados e fumados de carne, massa de pimentão, pinhões, medronhos, cogumelos, espargos, etc. bem como uma série de serviços, visitas e workshops dedicados às actividades rurais, sustentabilidade e biodiversidade.

Todas estas actividades possibilitam uma exploração multifuncional do montado e com carácter extensivo, como é desejável para a sua correcta manutenção e gestão, favorecendo assim a elevada biodiversidade típica deste sistema bem como a manutenção da estrutura social a ela associada num território com solo e clima adversos.

Num dos extremos desta herdade em plena zona agrícola surge, associado a um pequeno barranco bastante encaixado, afluente do rio Almansor, uma formação arbórea, o Carvalhal da Barranca da Loba. Este cercal (carvalhal de carvalho-cerquinho ou português *Quercus faginea* subsp. *broteroi*), possui algumas árvores de elevado porte e idade e constitui abrigo e corredor de comunicação para muitas espécies de fauna. Aqui todos os grupos estão presentes, desde inúmeros invertebrados aos corpulentos javalis, passando pelo grande grupo das aves (da águia-de-asa-redonda ao chapim-azul passando por inúmeros outros passeriformes) e pelos menos visíveis répteis e anfíbios.

Paeonia broteroi

Hyacintoides hispanica

Neste caso concreto do carvalhal da Barranca da Loba, estamos perante um bosque cuja designação fitossociológica é *Arisaro vulgare - Quercetum broteroi* e constitui um habitat protegido pela Directiva Habitats (Habitat 9240)

Este habitat constitui uma relíquia do que foram os bosques portugueses que cobriram, num passado não muito distante, grande parte do nosso país.

Possui ainda uma vegetação associada bastante rica e característica destes cercais, na sua vertente mais calcária e alcalina, onde predominam arbustos como a aroeira (*Pistacia lentiscus*), o lentisco (*Phillyrea angustifolia*), o folhado (*Viburnum tinus*), o medronheiro (*Arbutus unedo*) e uma série de lianas como a salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*)ou a hera (*Hedera helix*).

Os prados deste cercal contêm um número elevado de orquidáceas, dos géneros *Ophrys*, *Orchis* e *Serapias* – conferindo-lhes um interesse florístico acrescido podendo também observar-se o Jacinto-dos-campos (*Hyacintoides hispanica*), a rosa-albardeira (*Paeonia broteroi*) ou o capuz-de-frade (*Arisarum vulgare*).

Um aspecto que condiciona a gestão e conservação deste habitat prende-se com o seu carácter reliquial tendo sofrido a pressão das actividades agrícolas que têm lugar em toda a sua envolvente e que nalgumas áreas decorreram inclusive no subcoberto deste bosque durante alguns anos. Os bosques de *Quercus faginea* subsp. *broteroi* tiveram provavelmente a sua maior expansão territorial sob climas antigos mais quentes e mais húmidos. Actualmente, representam vegetação reliquial presumivelmente menos adaptada ao clima actual e como tal têm menor capacidade de competir com a vegetação mediterrânica mais xerofítica (florestas e matagais escleróphilos). Tal facto torna-a pouco resiliente e muito susceptível às perturbações do habitat que favorecem competitivamente outra vegetação. Aspectos ligados à biologia reprodutiva desta árvore tornam também a recuperação destes bosques muito difícil após perturbações.

Ophrys tenthredinifera

Nesta fase as medidas de gestão com vista à conservação da área passam pela criação de uma faixa sem cultivos em todo o redor do bosquete de modo a a permitir o seu alargamento, evitar o uso de agroquimicos na orla do bosque, não permitir o acesso de gado, controle de silvados que estão a invadir algumas áreas e se necessário facilitar a regeneração na orla recorrendo a plantação e ou sementeira a partir de sementes do próprio bosque.

Ao mesmo tempo far-se-à a manutenção de um trilho que percorre toda a micro-reserva e permite a visita e conhecimento da flora e fauna aí existente. As medidas de gestão serão tomadas em conjunto entre a entidade proprietária do terreno e a Quercus no âmbito do protocolo de colaboração assinado com vista à gestão deste espaço natural.

Carvalhal da Barranca da Loba

Texto: José Paulo Martins

Notícias

Rede de reservas

Carvalhal da Barranca da Loba

Nesta nova micro-reserva efectuámos o mês passado um circuito de reconhecimento do local ao longo do novo trilho de visita aí criado e guiámos uma visita de um grupo de participantes no festival da Primavera, iniciativa que a herdade do Freixo do Meio levou a cabo no fim-de-semana de 26 e 27 de Abril. Os participantes percorreram um trilho ao longo de um carvalhal onde surgem árvores de grandes dimensões e toda uma flora rica e variada que urge preservar.

Reserva Biológica do Monte do Outeiro

Nesta micro-reserva criada para preservação do raro endemismo botânico Linaria ricardoi já temos esta Primavera algumas dezenas de plantas da nova população aí estabelecida comprovando assim o êxito da operação. Esperamos agora que nos próximos anos a mesma se vá alargando e para tal estamos a prosseguir com as sementeiras com vista a aumentar o banco de sementes aí existente.

Micro-reserva do abrigo de morcegos do sítio "Sicó-Alvaiázere"

Depois de efectuarmos todos os procedimentos legais, temos finalmente a autorização para avançar com a colocação da cerca que vai envolver a área da entrada deste abrigo de morcegos, dando assim cumprimento a um dos objectivos para a gestão desta área. Serão usadas as técnicas adequadas para garantir a segurança do local sem afectar os animais durante as deslocações de entrada e saída desta gruta.

Colónia de morcego-rato-grande

Micro-reserva da Peninha

Decorreu no passado fim-de-semana de 19 de Abril uma jornada de trabalho nesta micro-reserva situada no Parque Natural de Sintra-Cascais. Durante a mesma foi possível proceder ao arranque e corte de centenas de pequenas acácias – espécie invasora – dando assim a continuidade às actividades que aí promovemos com vista à preservação da rica flora que aí existe. Nesta actividade participaram como voluntários elementos de um grupo informal de profissionais de diversas empresas da região ligados à área dos recursos humanos.

Reserva biológica do Monte Barata

Terminaram os trabalhos de limpeza e poda do olival integrados no objectivo da sua revitalização e certificação como olival em modo de produção biológico.
A aquisição por parte de um grupo económico de uma grande herdade que limita a sul todo o Monte Barata, levou a grandes alterações nos limites e acessos passando a herdade a estar vedada com acesso restrito ao longo desse limite. Foram entretanto colocadas cercas noutras entradas com vista a sinalizar os limites da propriedade.

Locais em estudo

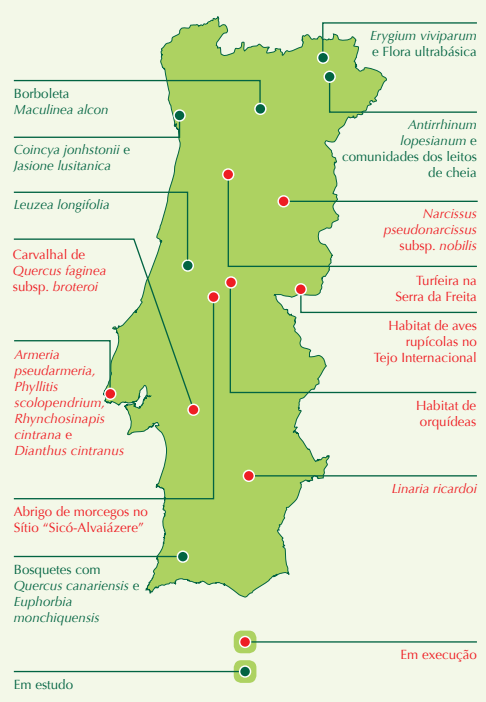
Estamos a acompanhar diversas situações onde a criação de micro-reservas se torna importante para a preservação de algumas espécies e comunidades vegatais. Tal é o caso de uma pequena área no concelho de Ponte de Lima onde subsiste uma população de um feto raro, o feto-de-botão *Woodardia radicans*. Prossegum também os contactos para concretizar a criação de mais uma micro-reserva no concelho de Beja com vista à protecção de diversas plantas raras e ameaçadas.

Conservação de Organismos Fluviais

Decorreu uma reunião de preparação do projecto com os parceiros deste projecto em onde foi efectuada uma primeira avaliação das instalações, para inventariar as obras necessárias ao bem-estar animal e garantir que não haja fuga de ovos e alevins para os cursos de água a jusante, e ainda para definir quais os próximos passos na concretização do projecto. No que concerne à avaliação às instalações, concluiu-se na necessidade de criar filtros de areia e gravilha na saída de água dos tanques e de os impremeabilizar com recurso a resinas resistentes à água. No interior das instalações de apoio, realizar-se-ão obras para permitir a melhoria dos tanques de reprodução, com melhoria dos dispositivos de circulação da água e instalação de filtros, instalar-se-ão 8 aquários onde se poderão visualizar as espécies-alvo do projecto e colocar-se-á uma exposição interpretativa dos habitats e das espécies na sala ao lado. Haverá por isso, um conjunto de obras de construção civil que terão início em princípios de Junho próximo. No que concerne às espécies-alvo, prevê-se a captura e reprodução da boga-portuguesa a partir de Abril e a acomodação dos primeiros 200 exemplares da boga do Oeste em finais de Junho. A acomodação da boga-portuguesa, se tudo correr normalmente, ocorrerá em Setembro/Outubro deste ano. Haverá também exemplares das referidas espécies que serão mantidos nas instalações dos outros parceiros, por forma a garantir que, caso ocorram problemas num local, haja reprodutores que possam garantir que as espécies sobrevivam.

Estação Aquícola de Campelo

rede de micro-reservas biológicas



Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação.

http://e-loja.quercus.pt

texto: José Paulo Martins *Imagens: José Paulo Marttins,* Paulo Lucas, Ana Fonseca, Domingos Patacho

Apoie os Projectos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Dados para donativos e informações sobre os projectos: NIB: **003501470004737433010**
Morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA** Telefone **93 778 84 73** e-mail: **fcnatureza@quercus.pt**

Fundo Quercus Conservação Natureza

EARTH CONDOMINIUM
A NEW JURIDIC CONCEPT FOR THE PLANET

Em Foco

Reciclagem de rolhas – Programa Green Cork

Com quantas rolhas se faz um quercus?

Paulo Magalhães

DÁRIO CARDADOR

O "Green Cork", trata-se de um Programa pioneiro de Reciclagem de Rolhas de Cortiça no qual estas são trituradas e aproveitadas para o fabrico de outros produtos aglomerados (isolamentos, juntas de dilatação, pavimentos, revestimentos, etc.), e os proveitos económicos são convertidos no financiamento de parte do Programa "CRIAR BOSQUES, CONSERVAR A BIODIVERSIDADE", que utilizará exclusivamente árvores que constituem a nossa floresta autóctone, entre os quais o Sobreiro, *Quercus suber*. As rolhas de cortiça recicladas nunca são utilizadas para produzir novas rolhas, mas têm muitas outras aplicações, que vão desde a construção civil à aeroespacial.

O Programa é concebido pela QUERCUS, e desenvolvido em parceria com a Corticeira AMORIM, a BIOLOGICAL e o CONTINENTE. Os mais 300 milhões de rolhas que entram no mercado português anualmente, com a colaboração de todos os cidadãos, poderão ser recolhidos por dois circuitos distintos:

1.º HORECA: Hotelaria, Restauração e Cafés

2.º Doméstico: através de superfícies comerciais e escolas

O "Green Cork"- para além da virtude de ser o primeiro programa de reciclagem que permite financiar programas de recuperação e conservação da natureza, possibilita que todas as verbas sejam destinadas à plantação de árvores. Tudo isto sem aumentar as emissões de CO_2, porque a associação destes parceiros e o empenho de todos possibilitou utilizar circuitos de distribuição já existentes, obtendo um sistema de recolha sem custos adicionais.

A rolha de cortiça é o produto base que garantiu e deverá continuar a garantir a manutenção do montado de sobreiros, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do continente europeu e que se estima absorver, por ano, 4,8 milhões de toneladas de CO2, que representam cerca de 5% das nossas emissões. Como a cortiça é a própria casca da árvore, também retém CO2 e, ao ser reciclada, evitam-se emissões deste gás para a atmosfera, o que não acontece quando se decompõe ou é incinerada. No mercado português entram por ano cerca de 300 milhões de rolhas de cortiça que são responsáveis pela fixação de 3000 toneladas de CO_2. A reciclagem atrasa a emissão desse carbono de volta para a atmosfera. Para além da componente ambiental, o montado é ainda exemplar em termos sociais e económicos, sendo o suporte de diferentes actividades económicas, muitas vezes em zonas deprimidas.

Assiste-se, actualmente, a uma grande pressão sobre as rolhas de cortiça, produto vital na cadeia de valor acrescentado que beneficia as comunidades rurais e que garante igualmente a sustentabilidade económica de todas as aplicações de cortiça. Esta pressão provém de produtos alternativos (vedantes sintéticos e cápsulas de alumínio), que são derivados do petróleo e do alumínio, indústrias ambientalmente nocivas. Como a cortiça é a própria casca da árvore, também retém CO_2 e ao ser reciclada, evitam-se emissões deste gás para a atmosfera, contrariamente ao que acontece quando se decompõe ou é incinerada.

Este programa funcionará como pro-

Projecto "Condomínio da Terra"
Mais informações:
www.earth-condominium.com

GREEN CORK

LUÍS AVELAR

> "A rolha de cortiça é o produto base que garantiu e deverá continuar a garantir a manutenção do montado de sobreiros, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do continente europeu e que se estima absorver, por ano, 4,8 milhões de toneladas de CO_2, que representam cerca de 5% das nossas emissões."

jecto-piloto em Portugal e está a ser já negociado o seu alargamento a outros países da UE. Em breve, as rolhas usadas de outros países europeus começarão a ser recicladas em Portugal, resultando num contributo adicional para o esforço de reflorestação e conservação de florestas autóctones portuguesas. Este exemplo único de exploração de uma floresta autóctone, que conseguiu ao longo dos tempos conciliar criação de riqueza, serviço ambiental e impacto social positivo, irá agora completar este ciclo, renovando a própria floresta que esteve na sua origem.

Quercus são os Carvalhos, as Azinheiras e os Sobreiros. Estas são as árvores características do nosso país (cuja designação comum em latim é: Quercus) que foram sistematicamente abatidas e trocadas por espécies de crescimento mais rápido. As florestas de Quercus são um suporte essencial à nossa biodiversidade e aos ciclos da água e do clima. Não são só resistentes aos fogos, mas dão também um contributo muito importante na absorção do CO2. Para fazer face às alterações climáticas, para além de reduzir as emissões, temos de plantar e preservar as florestas, pois elas prestam um serviço de interesse comum sem fronteiras. Todas as espécies da nossa floresta autóctone (os Quercus) estão naturalmente adaptadas às nossas condições climáticas e à nossa Biodiversidade. Agora, ao reciclar as suas rolhas estará a contribuir para que a Associação Quercus possa criar novos bosques e conservar a biodiversidade. As árvores para o futuro são a melhor herança que a actual geração pode deixar às próximas.

Sem progressos significativos e com pouca integração noutras políticas sectoriais

Plano de Acção Europeu para a Biodiversidade

Em 2006 a Comissão Europeia lançava a Comunicação Travar a Perda de Biodiversidade até 2010. Preservar os serviços ecossistémicos para o bem-estar humano (Vide Quercus Ambiente Nº 21).

Paula Lopes da Silva

IDALINA PERESTRELO

> "Muito do progresso observado relaciona-se com compromissos já existentes [...]"

Nessa comunicação a Comissão Europeia compromete-se a apresentar anualmente um relatório ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre os progressos verificados na implementação do Plano de Acção para a Biodiversidade, o qual estabelece uma agenda detalhada para atingir essa meta. O primeiro desses relatórios abrange o período compreendido entre a adopção da Comunicação e o final de 2007 e foi tornado público em Fevereiro passado.

Nesta primeira avaliação de progresso a Comissão Europeia revela um optimismo limitado acerca da execução do seu plano ambicioso: "Muito do progresso observado relaciona-se com compromissos já existentes, especialmente na execução de legislação de protecção na natureza e outra legislação ambiental. [...] presentemente é difícil demonstrar um progresso significativo de integração da biodiversidade noutras políticas sectoriais [...]"

Até ao final de 2007, a dimensão da Rede Natura 2000 atingiu quase 20% do território terrestre da UE, e a Comissão penalizou casos de má aplicação das directivas mais relevantes. Em 2008, irá realizar-se um grande "check up" do estado de saúde das espécies e habitats europeus. A UE tem também promovido activamente a meta 2010 da Biodiversidade a nível internacional.

Porém, o progresso é lento e disperso no que concerne às políticas sectoriais que se relacionam com a conservação e recuperação de serviços da biodiversidade e dos ecossistemas e que incluem a política agrícola comum da UE, a política marítima e programas de desenvolvimento regional.

Mais informação em:
http://ec.europa.eu/environment/nature/knowledge/rep_biodiv_ap/index_en.htm

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

A Excelência da INsustentabilidade do turismo para Portugal

"1. To urge all governments concerned with the contribution of tourism to sustainable development, to… "5. encourage the tourism industry, including transport companies, hoteliers, tour operators, travel agents and tourist guides, to adjust their activities, using more energy-efficient and cleaner technologies and logistics, in order to minimise as much as possible their contribution to Climate Change;"

The Djerba Declaration on Tourism and Climate Change

LUÍS AVELAR

Luís Avelar

A "Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para a Década de 2005 a 2015 em Portugal" refere que procurou reflectir os anseios da EU e da ONU apelando à formulação de Estratégias Nacionais de Desenvolvimento, a todos os níveis, assentes no princípio da Sustentabilidade Ambiental, Social e Económica. No entanto, é deveras preocupante que o PENT, que estabelece a tipologia de turismo a desenvolver em Portugal nos próximos 10 anos (2006-2015), não foi orientado no sentido de atingir essa meta europeia e global de Desenvolvimento Sustentável. Apesar de existirem no PENT residuais e insípidas referências, claramente por mero pró-forma contextual ao termo "ambiente/al" ou com ele relacionado, quem com mente límpida e crítica ler o mesmo reconhecerá (ver tabela) que este demonstra um profundo desinteresse pelas questões ambientais e sociais, por quem o executou e o legítimo! O PENT está preocupantemente alheado da visão de futuro e compromisso global, não trazendo quase nada de novo, e perpetuando graves erros do passado, como investir quase exclusivamente no litoral, como o Turismo de Sol e Mar, na primazia da monocultura impactante do Golfe e nos grandes hotéis e aldeamentos turísticos, resorts, incentivando a desafectação de terrenos da REN e RAN para implementação dos apelidados projectos PINs. Por outro lado, omite em "toda a linha" o necessário incentivo a modelos de turismo, estratégias e medidas concretas que visem a concretização de um Turismo Sustentável/ Responsável.

Poder-se-ia "definir" "Estratégia" como: o que se supõe, conscientemente, serem as opções, medidas e/ou acções, aplicadas no espaço e/ou no tempo, mais adequadas para alcançar com a maior probabilidade de sucesso determinado objectivo. Assim, previamente ao "O QUÊ" (o que os decisores e técnicos do PENT se limitaram a fazer para este documento assente exclusivamente no âmbito económico), é de vital importância definir em primeira instância o "PORQUÊ", o que exige uma análise prévia da realidade, onde estamos e para onde queremos ir, e posteriormente o "COMO", ou seja, qual a melhor forma de o fazer a nível Ambiental, Social e Económico. Ora estes foram os dois inqualificáveis erros/omissões graves na elaboração do PENT. Sem que com isto legitime a opção dos denominados "produtos" turísticos referidos no actual PENT, não seria uma requisito que uma visão de Estratégia Nacional apresentasse orientações objectivas, estruturantes, transversais a todos os "produtos turísticos" incentivando fortemente a todos os agentes da Indústria Turística, a uma sensibilização profunda sobre os actuais e futuros desafios globais, e consequentemente, a aplicação de medidas consonantes com a meta do DS? Nomeadamente: Declarações de compromisso, Códigos de Boas Práticas, Códigos de Conduta, Sistemas de Gestão Ambiental, Eco-etiquetas, Certificação Ambiental, outras? Infelizmente no PENT, como principal documento de referência, apenas foram considerados e avaliados, na sua boa maioria, factores de sucesso económico e quase incipientes considerações ambientais e muito menos de cariz social, o que seria expectável numa visão de DS. A clara ausência de "incentivos" ao Ecoturismo, é revelador de uma profunda incompetência.

O Turismo de Natureza (TN) incluído no PENT é efectivamente um mero "produto" turístico, não é nenhuma estratégia para um Turismo Sustentável (a pensar na conservação da natureza e no cuidar das pessoas), estratégia essa que deveria, obrigatoriamente, existir e ser aplicada transversalmente, mas com as necessárias especificidades, a todos os "produtos" turísticos. Para além do mais, e ao contrário do que os cidadãos pensam, e ao contrário do que empresas de animação turística e praticantes ou visitantes querem fazer crer o TN (embora desejável) não tem sido, infelizmente, sinónimo de turismo responsável, bem antes pelo contrário, especialmente em Portugal. Muitas actividades incluídas no TN têm severos impactes no meio ambiente local e global (p.e. Todo-o-Terreno). Outras desenrolam-se em habitats singulares e/ou frágeis e/ou com espécies endémicas ou raras. A falta de critérios, de aplicação de códigos de boas práticas por parte de visitantes e/ou praticantes e empresas, a massificação e a falta de estudos que definam os locais, períodos e capacidades de carga e a falta de monitorização dos impactes por parte do ICNB, são graves falhas em grande parte das áreas protegidas ou equiparadas. Mais importante que arranjar "(pseudo-)soluções", como "produtos" pseudo-verdes, é não criar problemas, ou seja, conceber novos "produtos" realmente sustentáveis e/ou adaptar os "produtos" turísticos já existentes de uma forma ambiental e socialmente responsáveis. Há que saber ver para além do que a nossa vista alcança! As palavras proferidas pelo SET na entrevista sobre a sustentabilidade, são, definitivamente, meras palavras profusamente vazias de veracidade. O PENT na sua boa generalidade é Obsoleto e Insustentável, situando-se assustadoramente nos antípodas da importante Declaração de Djerba e outras recomendações internacionais de referência sobre Turismo Sustentável/Responsável. Até quando continuaremos a hipotecar o "nosso" futuro comum?

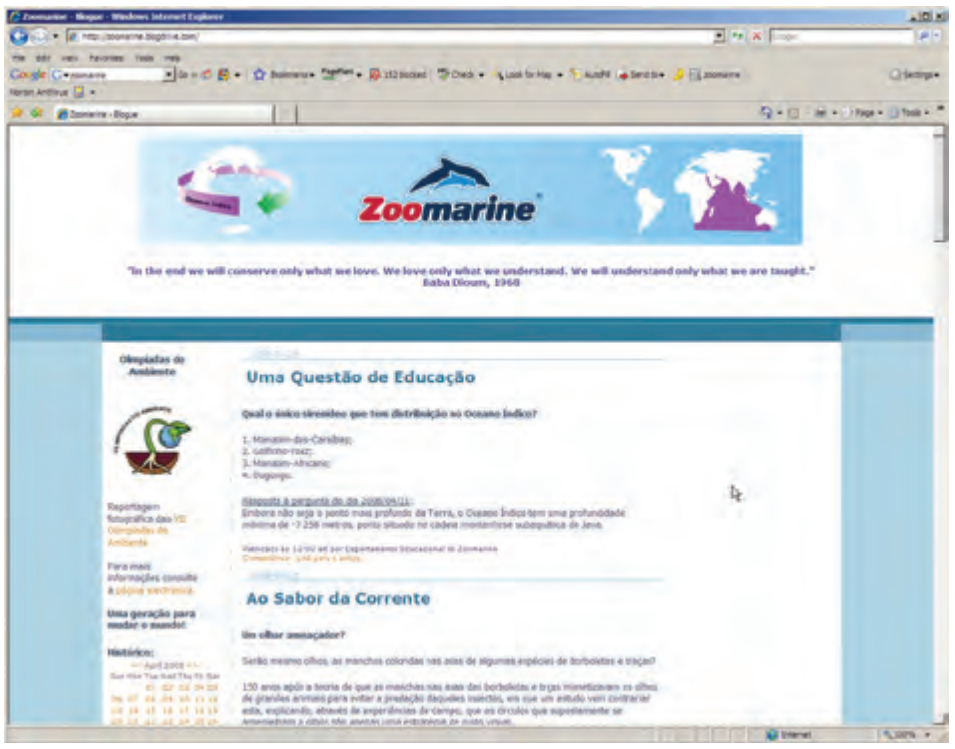
Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT 2005-2015

Conceitos NÃO referidos no PENT também relacionados com a necessária Sustentabilidade do Turismo		Conceitos referidos no PENT e relacionados com o Turismo convencional	
Palavras	Nº de referências	Palavras	Nº de referências
Desenvolvimento Sustentável	0	Sustentado	12
Turismo Sustentável	0	Economia	26
Ecoturismo	0	Receitas	36
Conservação da Natureza	0	Golfe	22
Biodiversidade	0	Algarve	94
Alterações Climáticas	0	Resorts	40
Aquecimento Global	0	Sol e Mar	47
Montanha	0	Cidades	8
Campo	0	Hotéis	3
Interior	1	Negócios	40
Desenvolvimento Rural	0	SPAs	9
Responsabilidade Social	0	Aéreas	48
Comércio Justo	0	Produtos	25
Responsabilidade Ambiental	0	Aeroportos	23
Turismo em Espaço Rural	0	Empresas	36
Agricultura Biológica	0	A 27/9/2007 Dia Mundial do Turismo, reuni-me com técnicos do Turismo de Portugal responsáveis pelo PENT onde expus estes problemas e apresentei algumas visões/medidas sobre Turismo Sustentável. Estive presente em Outubro no VI Fórum do Turismo – Gestão Sustentável dos Destinos Turísticos, no Algarve onde interpelei o ministro sobre o PENT. No dia 11 de Janeiro 2008 reuni-me com assessores do SET, no Ministério da Economia, para falar sobre a mesma matéria.	
Respeito pelo Ambiente	0		
Comboio	4		
Sistema de Gestão Ambiental	0		
População local	0		
Certificação Ambiental	0		
Construção Sustentável	0		

www ponto educação ambiental

Zoomarine

Sabia que o coração da baleia-azul (*Megaptera musculus*) é do tamanho de um carro? Ou que os pêlos nas asas do morcego influem na sua capacidade de voo?



Desde a simples aprendizagem de factos ou curiosidades, à forma como nos relacionamos com a Natureza, a verdade é que, actualmente, não podemos conceber a Educação Ambiental sem incorporar também um conjunto de outros conceitos que, de forma integrada, permitam a tomada individual de decisões, baseadas numa renovada construção de valores. É através desta construção (ou reconstrução) de valores que é fundamental não só compreender como efectivamente vivemos, mas também como deveremos viver, em função das circunstâncias actuais de consumo e do cada vez maior e mais disponível conhecimento fundamentado.

Assim como a pardela-preta (*Puffinus griseus*) consegue percorrer 65 mil quilómetros em apenas 200 dias (equivalente a uns surpreendentes 300 km por dia), as dificuldades na comunicação estão cada vez mais dissipadas, por força de uma tão falada globalização. São cada vez mais e variadas as ofertas e os formatos disponíveis na Educação Ambiental, e, analogamente ao verificado nos processos adaptativos da Natureza, apenas algumas persistem por serem verdadeiramente eficazes e originais.

Tendo em conta esta premente realidade, foi no início do ano lectivo de 2004/05 que, através de uma importante mas, ao mesmo tempo, descontraída forma de comunicar, associámos uma nova estratégia pedagógica à nossa forma de abordar a Educação Ambiental – um blogue educacional (http://zoomarine.blogdrive.com/). Desde então, este tem vindo a provar ser uma excelente ferramenta na transmissão de informação e uma verdadeira plataforma de divulgação de ideias e projectos de relevância local, regional e nacional.

A estratégia de comunicação está definida para um público-alvo a partir dos 15 anos de idade – alunos, professores e interessados em geral –, apresentando 6 rubricas semanais e 2 quinzenais, cujos conteúdos abordam temáticas como a Biologia, Ecologia ou Conservação da Natureza e onde são mencionados factos, datas e recomendações relevantes no contexto marinho e não só, sempre numa linguagem pedagogicamente apropriada.

http://zoomarine.blogdrive.com/

Ao Sabor da Corrente – Um olhar ameaçador?
Serão mesmo olhos, as manchas coloridas nas asas de algumas espécies de borboletas e traças?
150 anos após a teoria de que as manchas nas asas das borboletas e traças mimetizavam os olhos de grandes animais para evitar a predação daqueles insectos, eis que um estudo vem contrariar esta, explicando, através de experiências de campo, que os círculos que supostamente se assemelham a olhos são apenas uma estratégia de ruído visual.
O estudo conduzido por Martin Stevens, da Universidade de Cambridge, provou que asas (estruturas elaboradas com papel e minhocas assemelhando-se às borboletas) com quadrados ou rectângulos fazem o mesmo propósito, não existindo diferenças nas preferências de predação por aves, os principais predadores daqueles insectos.

Uma Peça do Puzzle da Vida – Um limão com dentes afiados
A espécie *Negaprion acutidens* é um tubarão-limão que se distribui pelas águas dos Oceanos Índico e Pacífico central, desde a África do Sul até à Austrália. Habita águas costeiras geralmente associadas a recifes de coral, lagoas e mangais. São espécies que não demonstram grandes padrões de migração.
Por se tratar de um tubarão, o seu período de gestação (vivípara) é longo (10 a 11 meses), reproduzindo-se em períodos mínimos de 2 em 2 anos, numa prole de até 11 crias. Quando adulto, pode atingir comprimentos de 3 metros e alimenta-se de pequenos tubarões, raias e outros peixes.
Segundo a UICN, União Mundial para a Conservação, esta espécie tem o estatuto de Vulnerável sendo os seus principais factores de ameaça a sobrepesca, destruição de habitats pela remoção de vegetação ou construção de infra-estruturas, assim como mortalidade associada à pesca acidental.

A caminhar para os 4 anos de existência, este projecto pedagógico procura colocar continuamente questões e lançar dúvidas ou temas de debate, sempre com o objectivo de desenvolver um espírito crítico e participativo na comunidade leitora.

Questões aparentemente simples como o que provoca o cheiro a maresia ou a importância do krill (que em norueguês significa comida de baleia) poderão parecer meramente caprichosas... no entanto, impelem o leitor na procura de uma resposta, ponto fulcral para desenvolver um genuíno interesse por temáticas mais integradoras.

Embora maioritariamente elaborado pela equipa editorial, este blogue conta ainda com a inestimável contribuição de inúmeros convidados, naquela que é uma das rubricas semanais mais acarinhadas por esta equipa – "Um Autor Convidado". Nela, os autores partilham habitualmente vivências, divulgam projectos ou, simplesmente, contam histórias, sempre relacionadas com o objectivo primordial do blogue – a Educação Ambiental.

Como um simples "clique" facilmente revela, esta ferramenta educacional tem a enorme e grata vantagem de permitir levar, ao mundo inteiro e sem qualquer tipo de limitação, incentivos ao aprofundamento de imensas temáticas que, no essencial, não representam senão pretextos para uma ambicionada mudança de atitudes e comportamentos.

E esta é uma forma diferente de aprendizagem, que acompanha as novas tecnologias e as associa à Educação Ambiental.

"Como um simples "clique" facilmente revela, esta ferramenta educacional tem a enorme e grata vantagem de permitir levar, ao mundo inteiro e sem qualquer tipo de limitação, incentivos ao aprofundamento de imensas temáticas que, no essencial, não representam senão pretextos para uma ambicionada mudança de atitudes e comportamentos."

HONDA GENUINE OIL

Consumo combinado de combustível (L/100 km): 4,6; emissões de CO_2 (g/km): 109.

HONDA
The Power of Dreams

FischerPortugal

Enquanto você poupa combustível,
ele poupa o planeta. Inteligente, não?

CIVIC

HONDA CIVIC HÍBRIDO.

É o automóvel híbrido mais vendido em Portugal. Os seus dois motores, um a gasolina e outro eléctrico, compensam-se entre si proporcionando mais potência e menos consumo. Quer um exemplo? Quando pára o automóvel num sinal luminoso, o motor desliga-se automaticamente, economizando combustível e reduzindo as emissões de CO_2. Inteligente, não?
Está na hora de ter um híbrido. Está na hora de ter um Honda. P.V.P.: a partir de €22.100.

www.honda.pt

Reduzir consumo eléctrico através de uma utilização eficiente

Máquina de lavar loiça utilizada já em 30% das residências portuguesas

São cada vez mais os portugueses que recorrem à máquina de lavar loiça em suas casas. Estima-se que actualmente este electrodoméstico esteja presente em aproximadamente 30% das habitações, com um crescimento constante na sua taxa de penetração no mercado.

Sara Campos

DR

Grande parte da electricidade consumida pelas máquinas de lavar loiça é utilizada pela resistência eléctrica no aquecimento da água (em equipamentos com alimentação de água fria) e na secagem da loiça, podendo estas funções representar 80% do consumo total da lavagem.
É, por isso, importante ter alguns cuidados, quer na compra do equipamento quer na sua utilização.

Trata-se de um equipamento exigente em termos de consumo energético, representando já 3% do total de energia eléctrica consumida por mês no sector residencial.

Grande parte da electricidade consumida pelas máquinas de lavar loiça é utilizada pela resistência eléctrica no aquecimento da água (em equipamentos com alimentação de água fria) e na secagem da loiça, podendo estas funções representar 80% do consumo total da lavagem. É, por isso, importante ter alguns cuidados, quer na compra do equipamento quer na sua utilização.

Preferir máquinas eficientes hoje para poupar mais amanhã

Na aquisição de uma máquina nova, a escolha deverá recair nos modelos de classe A/A/A, classificação esta que pode ser consultada na etiqueta energética junto do electrodoméstico e que garante a aquisição de um aparelho eficiente em termos do consumo energético.

Da mesma forma, a compra da máquina deve ser adaptada às necessidades de cada família. Pode optar-se por aparelhos de diferentes dimensões, dependendo do número de pessoas e da assiduidade com que o aparelho será utilizado.

Encontram-se também já disponíveis no mercado português máquinas de lavar loiça com alimentação de água quente, opção que permite uma poupança significativa na factura energética. Para quem tenha ou pretenda instalar um painel solar na sua residência, pode dessa forma aproveitar a água quente aquecida pelo sol não só para os duches mas também para o funcionamento das máquinas de lavar (de loiça e de roupa), rentabilizando ao máximo o investimento feito.

No entanto, a instalação de máquinas de lavar loiça com entrada de água quente é uma prática ainda pouco utilizada pelos consumidores, essencialmente devido à pouca informação disponível sobre o procedimento.

Pequenos cuidados para uma utilização mais eficiente

São vários os truques a que podemos recorrer de modo a optimizar o rendimento da máquina com o mínimo gasto energético possível.

► Antes de ser colocada na máquina, a loiça deve ser passada por água fria (embora nunca com a torneira aberta) para retirar o excesso de sujidade. Evita-se assim ter de recorrer a programas de lavagem mais longos e com temperaturas mais elevadas.

► A própria disposição da loiça na máquina é importante para permitir uma lavagem mais eficiente.

► A máquina deve ser sempre utilizada na sua máxima carga de modo a rentabilizar a água e a energia dispendidas. Em caso de pouca loiça, esta deve ser acumulada até que a máquina fique totalmente cheia.

► Outra solução é recorrer aos programas "ECO", já disponíveis na maioria dos modelos, que permitem reduzir a temperatura da água de 65o para 50o, economizando assim no consumo eléctrico do equipamento.

► A escolha do ciclo de lavagem deve ser adaptada não só à quantidade de loiça mas ao seu grau de sujidade. Por isso, deve-se tentar utilizar sempre o programa mais curto e que garanta na mesma uma boa lavagem.

► Se possível, o tempo de secagem deve ser reduzido para o mínimo. Caso não haja essa opção, deve-se desligar a máquina após o último enxaguamento e abrir a porta para a loiça secar ao natural.

► A limpeza periódica dos filtros do aparelho evita o aumento do consumo de electricidade ao longo da sua utilização.

Para ajudar o consumidor a fazer uma boa escolha no momento da compra, encontra-se já disponível no site TopTen (www.topten.pt) a classificação das máquinas de lavar loiça mais eficientes do mercado. Aqui pode ser consultada informação sobre os modelos com melhores desempenhos em termos energéticos, de poupança de água, entre outros parâmetros.

O programa TopTen, promovido pela EDP Distribuição, insere-se no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo financiado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Reportagem

Hidrogénio: quais as suas potencialidades?

O hidrogénio é um dos principais constituintes de praticamente todas as coisas que nos rodeiam: animais, plantas, água, combustíveis, entre outros. No entanto, o hidrogénio na sua forma pura só ocorre muito raramente, pelo que, na generalidade dos casos, temos de o extrair de outros compostos para obter hidrogénio puro.

WWW.GEOCITIES.COM

Os protótipos de veículos a células de combustível sucedem-se, frotas para empresas públicas e privadas estão já em testes, autocarros circulam já nas cidades europeias, norte-americanas e japonesas

Manuel Trindade

O hidrogénio é o elemento mais comum no Universo, estima-se que noventa por cento de todo o Universo seja Hidrogénio. É um gás invisível, sem cor, sem sabor, não tóxico e não poluente. É a substância mais simples que podemos encontrar, sendo o primeiro elemento da tabela periódica da química. O hidrogénio tem o mais alto conteúdo de energia por unidade de peso de todos os combustíveis conhecidos. O hidrogénio é o meio de transporte limpo de energia por excelência. Pode ser tão seguro como a gasolina, produzido em qualquer parte e não poluente. Os *Space Shuttle* da NASA já usam pilhas de combustível a hidrogénio no programa Apollo desde os anos 60, sendo a água pura gerada e consumida pela tripulação.

Em que formas existe o hidrogénio

O hidrogénio pode depois apresentar-se em três estados: gasoso, líquido e sólido. O hidrogénio produzido por reforma de etanol/biomassa pode ser uma boa opção no futuro. De momento esta tecnologia não está suficientemente desenvolvida. O hidrogénio produzido por reforma do gás natural é mais competitivo com relação a custos e é o processo mais utilizado hoje no Brasil.

A alternativa mais promissora é a produção de hidrogénio por electrólise da água. Esta tecnologia não só já é bem conhecida e comercialmente disponível, como também resulta em hidrogénio puro.

O hidrogénio pode ser produzido a partir de diversas fontes de energia (combustíveis fósseis, energia nuclear, energias renováveis), com razoável eficiência, com pouco desperdicio; É muito fiável e não gera emissões poluentes; Em relação à electricidade, é de melhor transporte e armazenamento.

As tecnologias actuais permitem armazenar grandes quantidades de hidrogénio de três formas: gás comprimido a elevadas pressões, hidrogénio líquido a muito baixas temperaturas (-253ºC) ou dissolvido em substâncias sólidas. Outras formas de armazenamento estão a ser estudadas. O H_2 é bastante mais volumoso que a gasolina, mesmo em estado líquido ainda tem quase quatro vezes mais volume que a gasolina. A técnica de maior potencial é o pó metálico ou hidretos de metal, que comprime o H_2 até menos de duas vezes o volume da gasolina.

O Hidrogénio é perigoso?

A perigosidade do hidrogénio pode ser comparada à de outras substâncias que regularmente usamos, como o gás natural, metano ou gasolina. A NASA registou mais de cem mil horas de operação em dezoito missões espaciais, sem nenhum incidente. Para além disso o hidrogénio é não nocivo e não tóxico, tanto na fabricação como na utilização. É mais leve do que o ar, o que o faz mais seguro em caso de explosão ou incêndio.

Quanto é que o hidrogénio custa?

A maioria do hidrogénio produzido hoje em dia é consumida no local de produção, por exemplo numa refinaria de petróleo, onde custa cerca de setenta cêntimos de dólar por litro, no seu estado líquido.

Quando o hidrogénio é vendido no mercado, o custo de o liquefazer e transportar aumenta o seu custo de 2$20 a 2$65 por litro. Estes valores estão em mutação constante e dependem em larga escala do preço da electricidade, nomeadamente a proveniente das energias renováveis. A tendência nos últimos anos tem sido a de um decréscimo destas e dum aumento do custo das energias fósseis.

Com as tecnologias de hoje em dia, utilizando energia eólica, o hidrogénio custa duas a quatro vezes mais do que a gasolina nos EUA. Na Europa, onde a gasolina já é de três a cinco vezes mais cara que nos EUA, o hidrogénio representa uma alternativa competitiva em termos de custos sobretudo por os veículos a pilhas de combustível serem mais eficientes.

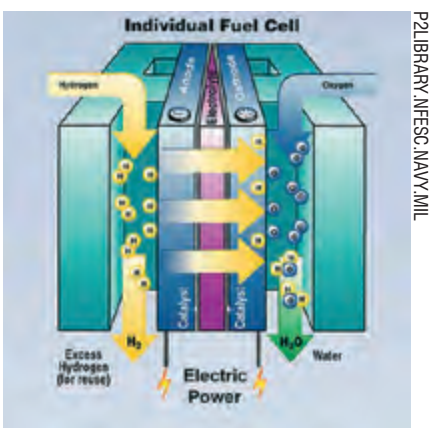
O que é que está a impedir o fabrico em série destas soluções?

O custo é o maior impedimento. A electricidade é necessária em vários métodos de produção de hidrogénio, o que até agora faz o hidrogénio mais caro do que os combustíveis que iria substituir. Em automóveis, a gasolina ainda é mais fácil de armazenar do que o hidrogénio, que tem de ser comprimido ou guardado a temperaturas muito baixas.

As petrolíferas estão a estabelecer lobbies fortíssimos contra os avanços na área das energias renováveis, hidrogénio e pilhas de combustível. Posicionam-se na linha da frente do que se anuncia uma mudança inevitável, mas protegem os seus interesses, impedindo o seu rápido avanço.

Desenvolver uma economia do hidrogénio representa uma mudança fundamental para fugir à dependência do petróleo. Uma economia baseada no hidrogénio é sinónimo de um futuro mais limpo e mais seguro. Diversos governos e empresas energéticas e construtores automóveis estão a trabalhar para este objectivo. A transição para uma economia baseada no hidrogénio vai demorar décadas, por isso se deve começar já.

Os países que começarem mais tarde terão de importar a inovação e tecnologia do exterior, a preços muito superiores. Por outro lado, quem começar primeiro terá custos reduzidos em todos os sectores e poderá exportar a sua tecnologia. Portugal arrisca-se a fazer o mesmo do que com a eólica e a



P2LIBRARY.NFESC.NAVY.MIL

Os protótipos de veículos a células de combustível sucedem-se, frotas para empresas públicas e privadas estão já em testes, autocarros circulam já nas cidades europeias, norte-americanas e japonesas.

solar, em que por não ter investido na altura certa (isto apesar de ter planos para isso, que não foram levados a cabo), agora importa tecnologia, *know-how* e materiais do estrangeiro, a preços muito superiores. A criação de empresas de inovação é essencial nesta fase, pois essas é que poderão ser as líderes do futuro, num mercado que já é gigantesco e se prevê que ainda aumente bastante.

Qual é o estado do desenvolvimento do Hidrogénio em Portugal?

Este assunto tem sido discutido em vários congressos e conferências realizados, desde 2006, sobre Energia e renováveis.

Quase só na investigação é que tem vindo a ser realizado algum trabalho sobre hidrogénio e pilhas de combustível. A dependência energética de Portugal é de noventa por cento, sendo esta enorme quantidade de energia importada, com custos para a Economia e produtos nacionais.

A primeira central portuguesa de produção de hidrogénio foi construída na Serra do Cume, nos Açores, recorrendo a energia eólica para produzir a energia do futuro, o hidrogénio renovável (H_2RE).

A meta nacional estabelecida pelo Ministério da Indústria e Energia é que em cinco anos, dois por cento das necessidades energéticas dos Açores serão asseguradas por hidrogénio renovável; passando de trinta a quarenta por cento nos próximos quinze anos e atingindo cem por cento das necessidades no prazo de trinta anos.

SRE – Soluções Racionais de Energia

A S.R.E. é a primeira empresa portuguesa a operar na área do Hidrogénio e das pilhas de combustível. Foi criada em 2002. Começou na investigação e só apresentou os primeiros produtos em 2005.

A SRE apresenta actualmente uma gama de produtos, a *H-Way*, que conta com cinco pilhas de combustível de baixa e média potência. Estão no mercado de baterias para retransmissão de sinal e dos *Portable Power Pack*, aplicações para militares que permitem alimentar todas as várias necessidades energéticas de um soldado moderno (rádio, GPS, telefone, mira telescópica, etc).

As suas áreas de desenvolvimento principal na gama de baixa potência são: aplicações remotas para recolha de dados meteorológicos, hidrográficos e sistemas portáteis; Sistemas telefónicos de emergência.

Na gama de potência média: equipamento de suporte para emissões, controle remoto de aplicações vídeo de vigilância florestal; trolleys de golfe e aplicações de pequena tracção; luzes de emergência; geradores para aplicações náuticas (iates, barcos, lanchas, submarinos, etc.); fontes de alimentação portáteis.

O Hidrogénio representa um "salto em eficiência de vinte a trinta por cento, comparativamente aos motores de combustão existentes, que só utilizam um terço da energia gerada por combustíveis líquidos" diz Jayme Buarque de Hollanda, director geral do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE), do Brasil.

As pilhas de combustível operam silenciosamente, reduzem a poluição sonora tal como a poluição do ar, e o calor gerado pelo seu funcionamento pode ser usado para sistemas de aquecimento.

Perspectivas económicas

De acordo com o Instituto Europeu para Estudos Tecnológicos Prospectivos, o preço da produção de hidrogénio para electrólise de água alimentada por energia eólica Europeia está muito perto do preço do petróleo em crude.

WWW.DOW.COM

A larga maioria dos especialistas indicavam os 100$ por barril como sendo o valor a partir do qual seria viável e economicamente interessante apostar no hidrogénio. Só se esperava que o petróleo atingisse esses valores em 2010, mas já a 3 de Janeiro de 2008 se ultrapassou essa importante barreira psicológica. Tal indica que os investimentos em energias renováveis e no hidrogénio se irão certamente multiplicar a partir de agora.

A General Motors (GM) já libertou nove mil milhões de dólares para a investigação e lançamento de veículos movidos a hidrogénio até 2012. A BP anunciou em 2005 que vai investir oito mil milhões de dólares em energias renováveis, hidrogénio incluído. Quase todas as grandes empresas mundiais estão a acompanhar esta tendência. A consciência de que se tem de passar para outras fontes de energia está a alastrar e os actores económicos estão a acompanhar este processo.

O mais provável é que o hidrogénio venha a ser produzido numa fase inicial a partir do gás natural. Este gás tem cerca de oitenta e cinco por cento de metano (CH_4), gás que dá uma grande quantidade de Hidrogénio (H) e pouca do indesejado Carbono (C). Os países com maiores reservas de gás natural são: Rússia, Irão e Qatar. Estes três países possuem mais de um terço das reservas mundiais de gás natural.

Se empresas como a GALP ou a EDP mantiverem o seu imobilismo, necessitarão de importar ou copiar tecnologia. Isso acontecerá caso não invistam na geração de conhecimentos e técnicas e se não se associarem a projectos de dinamização destas tecnologias. Os custos associados a estes processos poder-se-ão revelar economicamente insustentáveis face a companhias multinacionais que possuem tecnologia própria e eficiente.

Será neste ponto, como em outros, que o Governo/Estado, terá um papel preponderante. O seu papel será preponderante como: Regulador/Legislador, Incentivador/impulsionador (tarifas vantajosas, subsídios, investimentos, dinamização de projectos) e Facilitador (do cumprimento dos acordos internacionais). Os benefícios para o Estado Português são evidentes: redução das importações, maior estabilidade e independência económica e energética, para além do cumprimento dos acordos e regulamentações internacionais.

Investimentos públicos e incentivos à investigação e desenvolvimento são indispensáveis ao sucesso desta tecnologia. É natural que os países que não estiverem na linha da frente depois irão ter de comprar a tecnologia aos países que a desenvolverem, a preços bem mais altos. Este é um "comboio" a que Portugal não se pode dar ao luxo de perder.

Quais os desafios e as perspectivas de futuro para o hidrogénio?

O hidrogénio tem sido transmitido como o combustível do futuro, mas existem desafios de várias ordens antes de podermos ter esse cenário:

Desafios Técnicos e Materiais

• Os -251º C a que o hidrogénio tem de estar para se tornar líquido levantam dificuldades ao seu armazenamento nos veículos. A alternativa, o hidrogénio gasoso, tem um valor energético inferior.

• A eficiência da produção e distribuição de Hidrogénio tem de ser significativamente melhorada e de se aumentar o uso de energias renováveis como fonte de alimentação.

• A durabilidade e a potência das pilhas de energia têm de ser significativamente melhoradas, para que o preço se torne competitivo com as tecnologias convencionais.

• Os motores a *fuel cells* são duas a três vezes mais pesados do que os motores convencionais de combustão interna.

• Ainda não existe um conceito *standard* em toda a indústria, o que dificulta o intercâmbio e troca de experiências.

• Uma pilha de combustível automóvel exige entre cinquenta e cem gramas de platina, matéria-prima cara e escassa.

Desafios Sócio-Políticos

• Os protótipos de veículos a células de combustível sucedem-se, frotas para empresas públicas e privadas estão já em testes, autocarros circulam já nas cidades europeias, norte-americanas e japonesas. O maior desafio é o do impulso inicial que, muitos defendem, deverá ser auxiliado pelos Estados, até o mercado estar suficientemente maduro e estável.

• O papel dos estados e dos governos é fundamental neste processo, ao permitir que a indústria possa desenvolver-se e amadurecer. Deverão diminuir os subsídios às energias fósseis e nuclear, transferindo esses apoios para as energias alternativas e fazendo reformas no mercado da electricidade. O papel dos cidadãos, ao pressionar e exigir aos governos que legislem e ajam sobre isto, é essencial, e aí Portugal tem-se caracterizado pela inércia da opinião pública e pequena capacidade de mobilização e influência junto das instituições públicas.

• Não se pode ver o hidrogénio da mesma forma que um combustível fóssil. Apostar no hidrogénio é uma atitude consciente e não tem nada a ver com uma reserva que foi "legada" à humanidade de uma forma gratuita. Num futuro próximo talvez não tenhamos veículos movidos a hidrogénio tão potentes ou com uma autonomia tão grande, mas estaremos com certeza a construir um futuro mais promissor por não se basear no gasto inconsciente de uma poupança herdada do planeta.

Segundo o Diário de Notícias, "no cenário mais optimista Portugal aumentará em mais de quarenta por cento as suas emissões de dióxido de carbono (CO_2) até 2012 em relação ao valor de 1990. Este é o pior desempenho da Europa a 25 nos gases que causam o aquecimento global". Este é o resultado da ineficiência energética do País que, por não cumprir as metas estipuladas pelo Protocolo de Quioto, terá de pagar uma alta factura, cerca de mil milhões de euros em cinco anos, entre 2008 e 2012. A verba pode ainda subir para mil e quinhentos milhões.

Em todo este processo Portugal depara-se com inúmeras barreiras, mas também com uma oportunidade única de crescimento. Para um país como Portugal esta mudança pode representar uma viragem para uma estrutura produtiva baseada na inovação e na tecnologia, usufruindo das suas potencialidades próprias.

De maneira a que isso se torne uma realidade, é necessário corrigir graves problemas na estrutura de produção, comunicação e cooperação. O hidrogénio já não é uma utopia e pode representar uma oportunidade única, caso Portugal comece a apostar nisso desde já.

Características principais do Hidrogénio (H_2)

- ► Poluição local e do ar: Ø
- ► Alta eficiência: de 35% a mais de 75%
- ► Redução significativa do ruído (poluição sonora)
- ► Várias aplicações, versatilidade
- ► Menores custos de manutenção
- ► Redução de emissões de poluentes perigosos para a saúde humana e da poluição do ar
- ► Sector privado beneficia da criação de novos mercados e emprego
- ► Fonte de energia ilimitada, de custo reduzido
- ► Redução das emissões de CO_2

"O hidrogénio é um dos principais constituintes de praticamente todas as coisas que nos rodeiam: animais, plantas, água, combustíveis, entre outros."

Quercus em acção

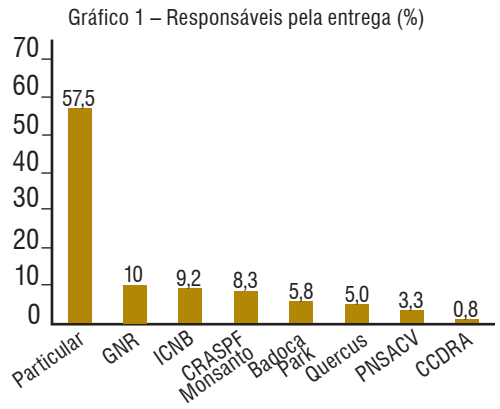
Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (Crassa)

Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus

Parece possível afirmar que à medida que as pessoas vão estando mais informadas e sensibilizadas para a conservação da Natureza e, sobretudo, quanto mais densa é a acção pedagógica junto de um público cada vez mais jovem, maior é a procura do Centro de Recuperação de Animais Selvagens. Os concelhos abrangidos pelo Núcleo Regional do Litoral Alentejano (NRLA) (Santiago do Cacém, Sines, Grândola e Odemira) parecem reflectir esta situação. Em 2007, à semelhança de 2006, verificou-se um aumento significativo do número de entregas de animais no CRASSA por particulares. Passou de 23% em 2005 para 41% em 2006 e 57,5% em 2007.

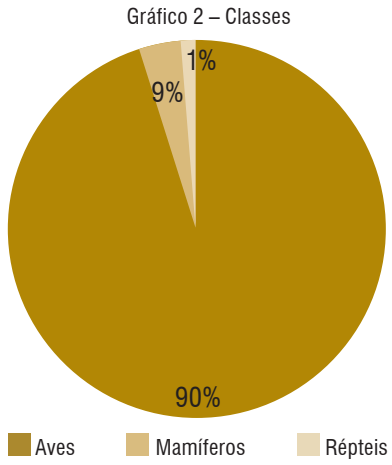
Seguidamente registaram-se 10% entregues pela GNR nomeadamente pelo Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), 9,2% pelo ICNB, 8,3% pelo CRASPF Monsanto, 5,8% pelo Badoca Park, 5% recolhidos pela própria Quercus, 3,3% pelo PNSACV e 0,8% pela CCDRA (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Responsáveis pela entrega (%)



A entrega dos animais no CRASSA traduziu-se, em 2007, num registo de 120 animais. As aves representaram a grande maioria, com 108 indivíduos (90%), seguindo-se os mamíferos com 11 (9,2%) e apenas um réptil (0,83%) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Classes



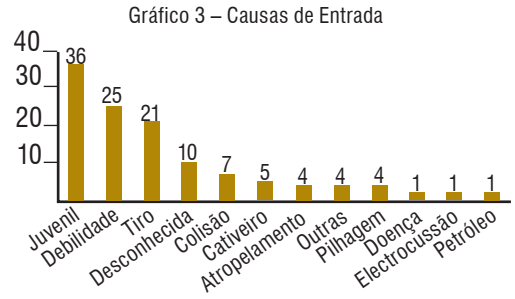
Dos 120 animais que deram entrada no CRASSA a maior parte das causas conhecidas continuam a ser de origem antropogénica, directa e indirecta. Em 2007 ficaram a dever-se, sobretudo, à idade "juvenil" (30,25%); debilidade (21%); tiro (17,65%); colisão (5,88%) e apreensões por permanecerem ilegalmente em cativeiro (4,2%) (gráfico 3).

A taxa de libertação, no ano de 2007, foi inferior relativamente aos anos anteriores representando cerca de 30% do destino dos animais.

DÁRIO CARDADOR

O facto das espécies acolhidas não apresentarem um padrão parece indiciar, que não existe apenas uma espécie ameaçada, mas alternadamente várias consoante a variabilidade da ameaça, como por exemplo: destruição do habitat, condições climatéricas, outras actividades humanas, entre outras de menor previsibilidade.

Gráfico 3 – Causas de Entrada



Apesar do excelente trabalho realizado pelo CRASSA, a progressiva degradação das estruturas que servem a recuperação dos animais e a cada vez mais urgente necessidade de promover a sua conservação por vezes trava as tarefas que se querem desenvolver.

Não tendo sido possível a ampliação/conservação do CRASSA em 2007, contamos poder executá-la, pelo menos parcialmente, em 2008.

Um projecto como o "Serviço de Voluntariado Europeu" e/ou o "Leonardo da Vinci" revela-se como uma boa hipótese para o NRLA e CRASSA poder vir a beneficiar de pessoal qualificado e preparado para um melhor trabalho a desenvolver neste espaço e, paralelamente, possibilitar apoio proporcionando a profissionais de valências diversas, ligadas à conservação da natureza, o contacto com situações práticas e pedagógicas em contexto real.

Pelos dados apresentados, estamos convencidos de que os CRAS, geridos pelo Estado ou por ONGAs, são cada vez mais necessários e fundamentais à conservação da Natureza na área da preservação da fauna selvagem e, sobretudo, no que concerne a aspectos pedagógicos.

Considera-se que a definição de objectivos e metas bem claras e precisas, bem como um programa detalhado para a realização dos mesmos, são de importância relevante para que se possa proceder à sua avaliação do ponto de vista quantitativo e qualitativo e, no futuro, se conheçam com algum rigor os pontos sensíveis e as oportunidades de melhoria.

Finalmente gostaríamos de referir que a gestão do CRASSA e as actividades de educação ambiental para jovens e crianças, apesar das contrariedades, apresentaram resultados consideráveis e tratando-se de dois pontos fulcrais para a sensibilização da população e conservação do património ambiental, será importante que o Núcleo Regional do Litoral Alentejano e as Organizações Não Governamentais de Ambiente continuem a privilegiá-los e se possível acentuá-los nas suas intervenções.

Aspecto bem relevante é a luta pelo controlo dos empreendimentos turístico-imobiliários para que o Litoral Alentejano tem especial apetência que tiveram maior expressão como os casos "Costaterra" e "Pinheirinho".

Uma primeira "batalha" já ganha a quando do período de elaboração do presente relatório – a Providência Cautelar interposta contra a execução das obras da Empresa "Costaterra" - pode ser prenúncio de que vale a pena lutar e de que a voracidade dos projectos turístico-imobiliários, a qualquer preço, pode ser contida.

O Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (CRASSA) e o Núcleo Regional do Litoral Alentejano (NRLA) da Quercus – A.N.C.N., localizam-se no Moinho Novo, Galiza, em Vila Nova de Santo André, concelho de Santiago do Cacém.

DÁRIO CARDADOR

DÁRIO CARDADOR

Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (Crassa) em obras.

Observação de aves e apanha de lixo na Albufeira do Caia

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus – ANCN, vai organizar no Sábado, dia 24 de Maio, uma actividade na Albufeira do Caia que contará com uma saída de campo para observação de aves e com uma "Apanha de lixo" integrada na Acção "Clean Up the Med".

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

NUNO SEQUEIRA

EMÍLIO MOITAS

Esta actividade terá como objectivo principal o fomento da conservação da Natureza e dos seus habitats

Esta actividade terá como objectivo principal o fomento da conservação da Natureza e dos seus habitats, e tentará sensibilizar os presentes para a valorização e preservação dos valores ambientais e paisagísticos da zona.

Tentará também chamar a atenção para a importância deste local como parte integrante da Rede Natura 2000 (Rede Ecológica Europeia), e para a promoção de práticas activas que representem efectivamente um usufruto sustentável da mesma.

A saída para observação de aves, que será guiada por colaboradores com experiência na área, abrangerá os diferentes níveis que os participantes possam apresentar, pelo que será aberta a todos os interessados. Para além do percurso pedestre, dirigido à observação, que iremos realizar na zona, a actividade constará também de uma breve abordagem inicial a esta temática.

A Quercus irá também associar-se à actividade internacional "Clean Up the Med" e realizará também uma acção de apanha de lixo com a respectiva separação, nas margens da Albufeira do Caia. Esta acção decorrerá no mesmo dia e local, mas na parte da manhã.

As inscrições, gratuitas, devem ser efectuadas por e-mail ou telefone, para os contactos do Núcleo Regional (portalegre@quercus.pt // quercus.portalegre@gmail.com, Tel.: 96 010 70 80 // 96 020 70 80).

PROGRAMA:

► **10.00h** – Concentração junto ao Parque de Campismo do Caia;

► **10.30h** – Início da Actividade de "Apanha de lixo";

► **13.00h** – Almoço em regime de picnic;

► **14.30h** – Jogos lúdicos;

► **16.00h** – Observação de Aves na Albufeira do Caia;

► **18.00h** – Final das actividades.

"A Alta Velocidade Lisboa – Madrid vs Articulação com a Linha do Leste"

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e o GAFNA – Grupo de Amigos da Ferrovia Norte Alentejana, organizaram na Escola Superior de Educação de Portalegre, no passado dia 14 de Março, um debate público subordinado ao tema da Ligação Ferroviária em Alta Velocidade Lisboa – Madrid e a sua articulação com a Linha do Leste.

Com este momento de debate pretendeu-se promover a troca de ideias e o esclarecimento da população, levando a cabo uma discussão abrangente sobre o tema e analisando muitas das questões que se colocam a este projecto.

O debate teve como oradores Manuel Tão, Professor doutorado em Economia dos Transportes, e Paulo Fonseca, Professor e Geógrafo e com o mesmo foi possível aos presentes tomarem contacto com algumas das questões relacionadas com a construção da nova linha de Alta Velocidade Lisboa – Madrid e sua interligação com a Linha do Leste, que atravessa parte do Norte Alentejano.

Foi também possível a discussão de outros temas relacionados com a mobilidade sustentável e o transporte ferroviário em especial, nomeadamente a a necessidade da requalificação do Ramal de Cáceres, a aposta que deverá ser feita na remodelação na Linha do Leste, e a ligação da mesma à cidade de Portalegre com o posterior seguimento para o Caia.

No final, ficou bem patente entre os presentes, a ideia da importância de conjugar os benefícios económicos e ambientais do transporte ferroviário com os acréscimos em termos de vantagens sociais que o mesmo poderia trazer, sendo agora necessário que todas as entidades responsáveis, desde os Executivos Municipais aos Órgãos de Soberania nacionais, concretizem algumas destas medidas rumo a um País mais sustentável.

"Encontro de Clubes da Floresta do Alto Alentejo" (PROSEPE)

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus – ANCN marcou presença num encontro, realizado no passado dia 15 de Abril em Ponte de Sôr, com um espaço de exposição dos seus projectos e organizando algumas actividades de Educação Ambiental dirigidas às Escolas do Ensino Básico.

No evento estiveram representadas diversas entidades públicas e privadas, e pretendeu-se levar a cabo uma diversidade de actividades que fossem ao encontro dos objectivos traçados pelos "Clubes da Floresta" das várias Escolas do Distrito de Portalegre.

Para tal, ao longo do dia, e em permanência, existiu no espaço uma Feira Florestal, composta por diferentes exposições das Instituições convidadas. Foi também realizada uma acção sobre "Prevenção de incêndios florestais", uma palestra com o Professor Jorge Paiva, diversos percursos na Floresta e workshops temáticos.

A Quercus esteve presente no local com um atelier de construção de casas ninho e uma banca de informações, assim como com diverso material de divulgação da Associação e com a exposição do Fundo de Conservação da Natureza. Organizou também um dos percursos pedestres do dia dedicado às Aves da nossa Floresta".

Curso de Recuperação de Animais Selvagens

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

No seguimento das actividades de sensibilização e formação, o núcleo regional da Quercus de Castelo Branco, com o apoio da Escola Superior Agrária e da Associação ALDEIA, organizaram um Curso de Recuperação de Animais Selvagens que decorreu no fim de semana de 8 a 10 de Março.

DR

O curso decorreu nas instalações da Escola Superior Agrária de Castelo Branco e contou com a participação de 50 pessoas provenientes das mais diversas regiões do país, desde Barcelos, Porto, Coimbra, Aveiro, Lisboa e até Sagres.

Os participantes, das mais diversas formações: biologia, enfermagem veterinária, eng. do ambiente e até um gestor e um informático tiveram formação teórica nos 2 primeiros dias de curso, e aplicação prática dos conhecimentos, em animais mortos, no último dia. Tendo havido também uma visita às instalações do Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco.

O objectivo desta actividade foi a formação de técnicos que poderão vir a exercer as suas funções nesta área em Centros de Recuperação ou em Parques Biológicos e Zoológicos pretendendo-se também motivar o interesse e a preocupação com a fauna selvagem existente em Portugal alguma da qual se encontra ameaçada.

As expectativas da organização quanto ao número de interessados foi completamente ultrapassada pelo que se está a preparar já uma próxima edição do curso para o 2º semestre do ano.

Agricultura Biológica

Se comer uma maçã e ela for mais saborosa, mais saudável e contribuir para um ambiente melhor, só pode ser de Agricultura Biológica. Neste modo de produção não é permitido o uso de pesticidas sintéticos, herbicidas e fertilizantes químicos, hormonas de crescimento ou antibióticos. Mais de 400 destes pesticidas são utilizados de forma rotineira na agricultura convencional. Muitas alergias, asma e outras doenças que invadiram o nosso quotidiano estão relacionadas com o uso destes produtos.

ÂNGELA PEREIRA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Os solos regenerados e fertilizados de forma natural criam vegetais, árvores e frutos mais saudáveis e alimentam animais em cuja carne e em cujo leite podemos confiar.

Em média os alimentos biológicos têm níveis mais elevados de vitaminas e de minerais essenciais (como o cálcio, o magnésio, o ferro e o crómio), de hidratos de carbono e de proteínas. Neles há também mais antioxidantes que, entre outros benefícios para o nosso corpo, ajudam a prevenir o cancro. Não contêm aditivos alimentares que agravam problemas de saúde como as doenças de coração, osteoporose ou as simples dores de cabeça.

Este modo de agricultura é sem dúvida mais amigo do ambiente pois à terra é respeitado o seu equilíbrio, porque é fertilizada com matéria orgânica, a água é mais pura sem produtos perigosos que se infiltram e a vão contaminar. Esta é uma maneira de fazer agricultura, tecnicamente avançada mas respeitando o equilíbrio da natureza, os tempos de crescimento e maturação.

Os produtos biológicos são também seguros pela forma como é controlado todo o percurso, da terra até as mãos dos consumidores. Armazenamento, transporte, transformação, embalagem, tudo tem regras definidas claramente na lei. Nenhum outro produto alimentar é sujeito ao controlo e acompanhamento que é feito aos produtos da agricultura biológica. Para segurança dos consumidores.

Para poder ser operador de agricultura biológica um agricultor ou transformador tem de:

► Seguir as regras de produção e/ou transformação impostas pelo regulamento Europeu em vigor;

► Submeter a sua actividade ao controlo de um dos organismos de controlo e certificação de produtos biológicos;

► Registar o seu início de actividade junto da autoridade competente: Ministério da Agricultura.

Para ter certeza de que um produto embalado é de agricultura biológica veja se contém no rótulo (à frente ou atrás) uma das duas formas de apresentar a indicação obrigatória de controlo pelo organismo de certificação:

"Sistema de Controlo CE "__" ou "Sistema de controlo CE/PT AB/ nº__"

Se comprar produtos não embalados e para ter a certeza de que são de agricultura biológica, confirme que o vendedor tem o documento obrigatório do organismo de certificação que lhe permite vender os produtos a granel.

Em Portugal existem, segundo o Ministério da Agricultura, cerca de 200.000 ha de terra em Agricultura Biológica embora uma grande percentagem dos produtos, sobretudo os transformados sejam ainda importados maioritariamente de França e da Alemanha. Por outro lado o consumo é ainda muito inferior à média europeia.

Mas gradualmente os portugueses vão percebendo que para a saúde é decisivo comer bem. E é essencial que os produtos sejam saudáveis e naturais. Uma garantia que dão os produtos bio. ÂNGELA PEREIRA

O Núcleo de Braga tem a decorrer uma acção de formação sobre Agricultura Biológica que ultrapassou as expectativas na medida em que recebeu muitos mais pedidos de inscrição do que aqueles que poderia aceitar, pelo que já está a agendar uma nova formação para os meses de Outono. Assim estão 26 formandos a frequentar a acção que está estruturada em 5 sessões, a terem lugar nas tardes de sábado (distribuídas de Abril a Junho) com cerca de uma hora de teoria e duas de prática, já que a formação está a decorrer na Quinta Pedagógica de Real, pelo que reúne condições para as duas vertentes. Os formandos são maioritariamente docentes mas há diversas profissões representadas e os objectivos vão desde criar uma horta na escola, a criar a sua própria horta em casa, desde um pequeno canto a um grande quintal!

Pelo interesse demonstrado por estes formandos vai o Núcleo de Braga avançar com uma nova Oficina de Compostagem e Vermicompostagem.

Oficina de Compostagem e Vermicompostagem

Pode-se caracterizar uma sociedade pelo tipo de resíduos que produz. E a nossa produz RSU em excesso e, ao misturá-los dificulta enormemente a sua valorização. Assim, para solucionar este problema não haverá melhor solução do que transformar os resíduos num recurso, e no nosso próprio quintal ou mesmo em casa! Como? Fazendo compostagem ou vermicompostagem.

Datas e horário

Dia 10 de Maio (sábado) formação em sala e no terreno: 14h-17h30.

Local da acção

Quinta Pedagógica, Caminho dos Quatro caminhos, Real, Braga.

Inscrições

Em ficha própria a solicitar ao Núcleo de Braga da Quercus, na Urbanização das Andorinhas, loja 7, 4700-359 BRAGA ou pelo correio electrónico braga@quercus.pt. A taxa de inscrição é de 15€ para sócios e 17€ para não sócios. O número de inscrições é limitado. Mais informações através do telefone 253276412.

Observação de Aves

Local: Cerca do Mosteiro de Tibães
Dia e hora: 11 de Maio, domingo, 10h (até às 12h30)
Inscrições: Mosteiro de Tibães: 253623670
Gratuito mas de inscrição obrigatória até ao dia anterior
Organização: Quercus-Braga
Colaboração: Mosteiro de Tibães
Observações: levar binóculos e guias de identificação de aves

TIAGO CORREIA

Curso de Reutilização de Resíduos

O Núcleo de Braga da Quercus, está a levar a efeito um curso de reutilização de resíduos, dirigido ao público em geral mais particularmente a docentes do ensino básico, monitores de ATL e dirigentes de associações juvenis, às terças-feiras, das 19h15 às 20h45, na Quinta Pedagógica de Real, com a taxa mensal de 12€ para sócios; 15€ para não sócios.

As inscrições poderão ser efectuadas através do correio electrónico: braga@quercus.pt. Ou, pessoalmente, na sede da Quercus, na Urbanização das Andorinhas, loja 7, 4700-359 Braga, às 5.as-feiras, das 21h às 23h. Mais informações pelo telefone 253276412 (manhãs de dias úteis) ou telemóvel 938464378.

Descobrir o rio Minho

Um passeio organizado pelo Núcleo do Porto da Quercus levou vários participantes a conhecer o fantástico património natural e cultural do vale do rio Minho através de uma visita ao Aquamuseu, de uma viagem de barco e de um passeio de bicicleta.

Núcleo Regional do Porto da Quercus

A 13 de Abril reuniu-se em Vila Nova de Cerveira um grupo que chegou de comboio do Porto, outro da Galiza e outro de Coimbra. A primeira etapa do passeio consistia na visita ao Aquamuseu do Rio Minho, onde Dr. Carlos Antunes nos guiou através do aquário, do lontrário e do museu das pescas.

O conjunto de aquários está ordenado de forma a permitir uma viagem ao longo de todo o rio, começando na nascente em Lugo e terminando na foz, em Caminha. Ao longo do trajecto, ficámos a conhecer as espécies piscícolas mais representativas do rio nas várias zonas:

Zona Alta – a truta, o escalo e a boga (ambas espécies endémicas da Península Ibérica) e o góbio (espécie introduzida).

Zona Média – o ruivaco (espécie muito abundante no rio Minho que serve de alimentação às enguias), o pimpão, a enguia, a lampreia, o salmão e a tenca (espécie introduzida).

Estuário – o rodovalho, a taínha, a morca, a solha, a carpa, o achigã (espécie introduzida) e o esgana-gata (autóctone).

Poça Maré – o sargo, o robalo, o polvo, o mexilhão e o caranguejo verde.

Peixes como a enguia, a lampreia e o salmão vêem nas barragens sérios obstáculos às suas migrações para montante do rio Minho. As barragens limitam os seus habitats e constituem uma ameaça para estas espécies.

No lontrário estava o César, a lontra de água doce do Aquamuseu que aguarda uma companheira. Devido às indústrias de peles da região, é mais fácil encontrar um visão-americano (*vison*) do que uma lontra de rio. Este facto representa uma ameaça para as espécies carnívoras nativas.

No Museu das Pescas ficámos a conhecer artes de pesca que atravessaram gerações de homens ligados ao rio Minho, através de equipamentos, materiais, utensílios, fotografias, maquetes e roupas utilizados pelos pescadores.

JUAN ESPAÑA

A Torre da Menagem, em Lapela

Um almoço em V. N. de Cerveira permitiu um convívio interessante entre os participantes do passeio, em especial com os colegas galegos da associação ADEGA.

Eram 14 horas quando se vestiram os coletes laranjas para uma viagem de barco rio acima acompanhada pelas explicações do Dr. Carlos do Aquamuseu. A região tem uma grande diversidade de ambientes naturais: zona de água doce, salobra e marinha, zona intertidal (entre marés), dunas, sapal, ribeiros de montanha, entre outros. Corresponde a uma zona húmida de elevado valor ecológico listada na convenção de RAMSAR (1971) e que possui vários estatutos de protecção: Sítio da Rede Natura 2000, Zona de Protecção Especial para as Aves (ZPE), *Important Bird Area* (IBA – estatuto concedido pela *Birdlife International*) e corresponde a um espaço classificado como área de interesse para a conservação da natureza pelo projecto Biótopos/Corine. Desembarcámos num cais em Valença onde nos aguardava a Dra. Magda Pinto com as bicicletas que usámos para pedalar pela ecopista entre Valença e Monção.

RICARDO MARQUES

A ecopista resulta da reabilitação do antigo troço ferroviário que ligava Valença a Monção. A ecopista tem 13 km junto ao rio Minho e proporciona o contacto com locais de grande interesse como vinhedos, campos de cultivo, ribeiros, carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*, florestas aluviais e ripícolas e vistas privilegiadas sobre o rio e várias fortalezas.

A Torre da Menagem, em Lapela, foi o ponto de retorno do passeio uma vez que ainda tínhamos de pedalar até Valença para apanhar o comboio de regresso das 17h44.

À despedida, teceram-se agradecimentos à Dra. Magda da Câmara de Monção, ao Dr. Carlos do Aquamuseu, à autarquia de Salvaterra do Miño que cedeu as bicicletas, a todos os companheiros de viagem e até a S. Pedro que, ainda que pelo meio de alguns aguaceiros, permitiu um passeio cheio de sol. Ricardo Marques

Explosão de cores e aromas no Sábado Aromático

LUÍS ALVES

O Cantinho das Aromáticas em Gaia voltou a libertar os seus aromas e sabores no dia 12 de Abril em mais um Sábado Aromático dedicado ao ambiente, agricultura e gastronomia.

As alterações climáticas teimam em se fazer notar, mas mão obstante a Primavera ainda consegue manifestar-se no Cantinho das Aromáticas. Pela 3ª vez o Núcleo Regional do Porto encheu o "auditório" desta quinta de agricultura biológica com as intervenções de André Silva sobre soluções agro-ecológicas, de Margarida Silva com o seu alerta para o impacte dos transgénicos na saúde e ambiente e como sempre, o convidado da casa, Luís Alves, que mais uma vez nos cultivou sobre as ervas aromáticas e nos apresentou a sua quinta em pleno meio urbano.

Como já vai sendo habitual, as conversas seguiram-se das provas e passamos assim da teoria à prática. Após todos sentirem e cheirarem as mais diversas plantas aromáticas chega o momento de as provarem em azeites, manteigas, no pão, em variados cozinhados e até na sopa que é servida numa malga em barro da Quercus, a nossa oferta. Todos os ingredientes deste almoço são provenientes de agricultura biológica e este ano, mais uma vez, pudemos contar com o apoio da Raízes e da Loja de Agricultura Biológica de Matosinhos. O almoço, delicioso como sempre, foi confeccionado pela Sabor.a, empresa especializada em cozinha de produtos provenientes de agricultura biológica.

Após o almoço, e com as chuvas das alterações climáticas sempre a teimar, fez-se uma visita guiada pela quinta debaixo de um sol radiante onde foi possível ver o sequeiro, os diversos cultivos, compostagem, métodos de prevenção de ervas daninhas e as estufas. No final, o Luís Alves ofereceu-nos um Tomilho Bela-luz que cada um envasou na sua malga. Ainda foi possível adquirir hortaliças e fruta da Raízes, alguns livros e claro as ervas aromáticas.

Apoios especiais:

Próxima edição:
A próxima edição do Sábado Aromático acontece já no próximo dia 14 de Junho de 2008 e contará com a presença do professor Jorge Paiva. Mais informações em: http://porto.quercus.pt

Jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável

JOÃO LOUSADA

Termina a 24 de Maio com o tema Cidades Sustentáveis – Inscreva-se!

Realizou se no passado dia 19 de Abril mais um painel das Jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável no Museu Nacional Soares dos Reis, desta vez com o tema "Sistemas de Avaliação e Certificação da Sustentabilidade de Edificações".

Mesmo com o mau tempo lá fora a sala estava cheia, o público tem sido fiel às jornadas.

O painel foi preenchido com a presença do Eng. Ricardo Sá com o tema "Utilização de Energia em Edifícios: factos, tendências e estratégias", seguido da apresentação da Arq. Inês Cabral com a apresentação e análise de dois sistemas de avaliação sendo, o LEED em áreas protegidas e o CAAAP (Certificação Ambiental de Arquitectura em Áreas Protegidas).

Ainda de manhã tivemos a apresentação da Arq. Livia Tirone com o tema "Construção Sustentável", tema da iniciativa que pretende, com as actividades que irá desenvolver, contribuir para sensibilizar os principais actores do sector da construção.

Após o almoço começamos com o Prof. Manuel Duarte Pinheiro que nos apresentou o Sistema português LiderA e as diversas áreas que são consideradas pelo sistema.

O Arq. Carlos Coelho apresentou-nos o empreendimento Ponte da Pedra em Matosinhos e fez-nos ver que com quinhentos euros por metro quadrado conseguimos fazer uma "arquitectura sustentável". Foi um exemplo que demonstra que este tipo de construção não é mais caro desde que pensado de início.

A seguir a um pequeno intervalo seguiu-se a apresentação do Dr. Francisco Rocha Antunes com o tema "A importância da certificação ambiental na Nova Promoção Imobiliária" e demonstrou-nos com o alargamento dos actores no quadro do Círculo Vicioso da Culpa a promoção imobiliária altera-se e com alguma facilidade as atitudes alteram-se. Todo o painel foi moderado pelo Arq. Miguel Nery em representação da Ordem dos Arquitectos da Secção Regional Norte.

O Núcleo Regional do Porto agradece a todos os participantes e oradores a sua presença e aproveita para informar que no próximo dia 24 de Maio teremos a continuação e conclusão das jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável com o tema "Cidades Sustentáveis". Para este painel contamos com a presença do Prof. Oliveira Fernandes da Agência da Energia do Porto e também com a apresentação do projecto da Expo Saragoça 2008, entre outros. Se ainda não está inscrito….ainda vai a tempo para o último painel. Inscreva-se e não se esqueça que esta também poderá ser uma boa oportunidade de conhecer o magnífico Museu Nacional Soares dos Reis, e o seu jardim local onde decorrerão as jornadas.

Adriana Floret

Brisa
FTSE4Good

A NATUREZA É O NOSSO MELHOR DESTINO

E nunca a perdemos de vista, desde que a vimos. A Brisa é e tem sido reconhecida como uma das empresas pioneiras da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. Uma tradição a que nos mantemos fiéis investindo em projectos vitais, sob o compromisso "Brisa pela Biodiversidade". Este compromisso fixa novos desafios para a empresa, que irá promover a conservação das espécies, através do investimento em investigação científica e do apoio a iniciativas de educação, procurando também encontrar melhores soluções para a sua actividade nas auto-estradas.
A Brisa compromete-se a preservar e a sustentar a natureza porque, sem ela, não teríamos para onde ir. É o nosso melhor destino.

ecoBrisa
Investigação e Educação

Quercus CIR

Nova Directiva dos Resíduos em discussão

Grande oportunidade para a prevenção e reciclagem

Encontra-se em plena discussão a nova Directiva-Quadro dos Resíduos a qual será fundamental para a definição das políticas de gestão de resíduos na União Europeia.

Centro de Informação de Resíduos – CIR

HELDER SPÍNOLA

Na versão original proposta pela Comissão Europeia foi favorecida a incineração em detrimento da prevenção e reciclagem, mas o Parlamento Europeu (PE) em sessão plenária rejeitou grande parte das medidas propostas e apontou claramente para uma nova Directiva que desse efectivamente prioridade à prevenção e à reciclagem.

Recentemente em votação efectuada no Comité de Ambiente do PE foram aprovadas as seguintes emendas à Directiva:

► Meta de reciclagem de 50% dos resíduos urbanos em 2020

► Metas de reciclagem de 70% dos resíduos industriais e de construção e demolição em 2020

► Estabelecer uma clara hierarquia para a gestão dos resíduos: redução, reutilização, reciclagem, incineração e aterro

► Manter a prioridade à regeneração dos óleos em relação à incineração e co-incineração.

Infelizmente naquele comité também foi aprovada a alteração da classificação da incineração de operação de eliminação para operação de valorização, mas apenas com um voto de diferença, o que deixa este assunto ainda em aberto.

Após a votação no Comité do Ambiente do PE, o processo de aprovação da nova Directiva poderá voltar novamente a votação no Parlamento Europeu ou então iniciar-se uma negociação directa entre a relatora do Parlamento e o Conselho da Europa.

Os movimentos ambientalistas, através de organizações como os FoE – *Friends of the Earth* ou o EEB – *European Environmental Bureau* têm trabalhado afincadamente para demonstrar a importância da prevenção e reciclagem de resíduos ao nível ambiental, social e económico.

Vários estudos indicam que uma gestão de resíduos assente naquelas práticas resultaria em menores emissões de gases de efeito de estufa quando comparadas com a incineração ou o aterro.

Segundo um estudo encomendado pelo Governo Português, o tratamento de uma tonelada de resíduos urbanos tem os seguintes resultados em termos de emissões de gases de efeito de estufa:

A reciclagem também foi considerada pela Comissão Europeia como um dos seis sectores estratégicos para o desenvolvimento da economia no espaço da União Europeia

IDALINA PERESTRELO

IDALINA PERESTRELO

► Aterro: emissão de 0,6 toneladas de CO_2eq

► Incineração: emissão de 0,2 toneladas de CO_2eq

► Reciclagem: poupança de 0,4 toneladas de CO_2eq

De acordo com a Estratégia Temática para a Prevenção e Reciclagem apresentada pela Comissão Europeia, a reciclagem cria 25 vezes mais empregos do que o aterro e 8 vezes mais empregos do que a incineração.

A reciclagem também foi considerada pela Comissão Europeia como um dos 6 sectores estratégicos para o desenvolvimento da economia no espaço da União Europeia.

Outro aspecto importante que tem sido demonstrado é que as novas metas de reciclagem são viáveis. A título de exemplo há a referir que em 2007 quatro países da UE já tinham ultrapassado a meta de 50% de reciclagem de resíduos urbanos que se propõe para 2020.

Num encontro organizado pelos *Friends of the Earth* no Parlamento Europeu foram apresentados diversos casos de sucesso na reciclagem de resíduos urbanos recorrendo a práticas mais eficientes tais como a recolha porta-a-porta de recicláveis e o Tratamento Mecânico e Biológico de resíduos indiferenciados.

Perante estas evidências, é pois fundamental que quer os eurodeputados portugueses quer o Governo tenham consciência que estamos perante uma oportunidade única para estabelecer uma política mais efectiva de prevenção e reciclagem de resíduos no espaço europeu.

Para isso a Quercus tem reunido com diversos eurodeputados e com o Ministério do Ambiente. Recentemente, divulgou junto das empresas de reciclagem nacionais um apelo para se envolverem nesta questão, do qual resultou o envio de diversas cartas explicando a actividade de cada empresa de reciclagem e a importância do estabelecimento de metas ambiciosas para a reciclagem.

Um dos problemas da indústria de reciclagem é que abrange muitas empresas de pequena e média dimensão que trabalham com materiais muito diversos pelo que apesar de terem na globalidade um peso importante em termos de criação de riqueza e de emprego, têm muita dificuldade em se organizarem e reivindicarem o mesmo estatuto e direitos das empresas que se dedicam à incineração e ao aterro.

Um exemplo disso mesmo foi o facto de numa reunião organizada pela Agência Portuguesa do Ambiente sobre a nova Directiva, não ter sido convidada nenhuma empresa de reciclagem, mas apenas empresas cuja principal actividade é o aterro e a incineração.

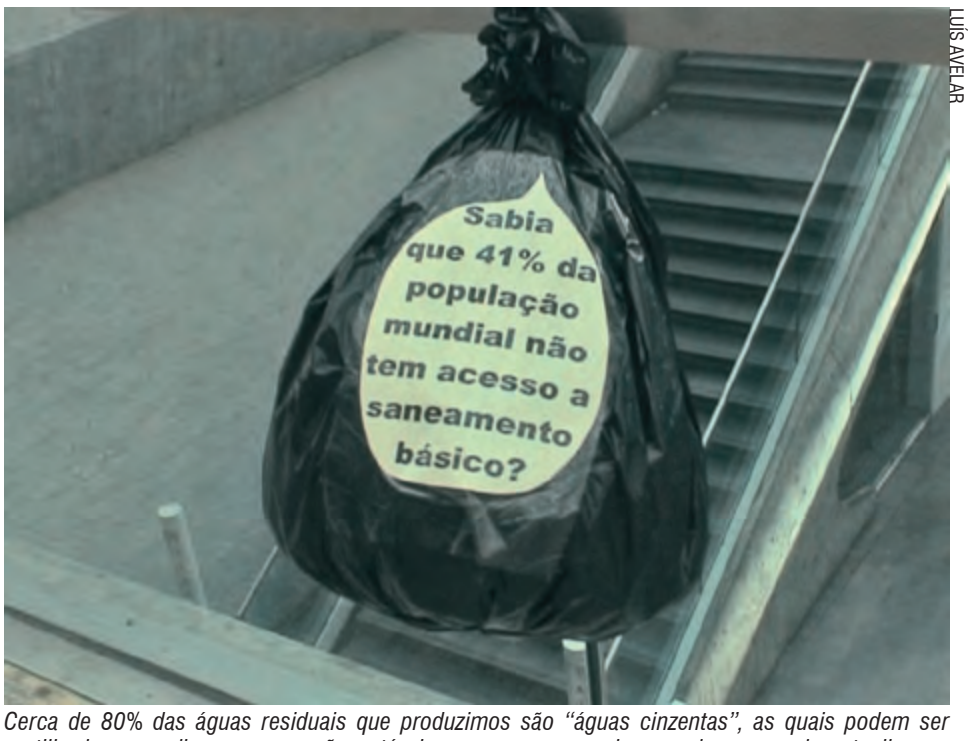
Destaque

Dia Mundial da Água 2008

O saneamento como meta fundamental para a sociedade e para o ambiente

No dia 22 de Março celebrou-se o Dia Mundial da Água, uma iniciativa que resultou da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento que decorreu no Rio de Janeiro em 1992, e com a qual se pretende, essencialmente, sensibilizar a população para os problemas e desafios que temos que enfrentar relativamente à gestão da água.

Sandra Oliveira



LUÍS AVELAR

Cerca de 80% das águas residuais que produzimos são "águas cinzentas", as quais podem ser reutilizadas para diversos usos não potáveis, como por exemplo para descargas de autoclismos, lavagem de pavimentos ou para regar o jardim.

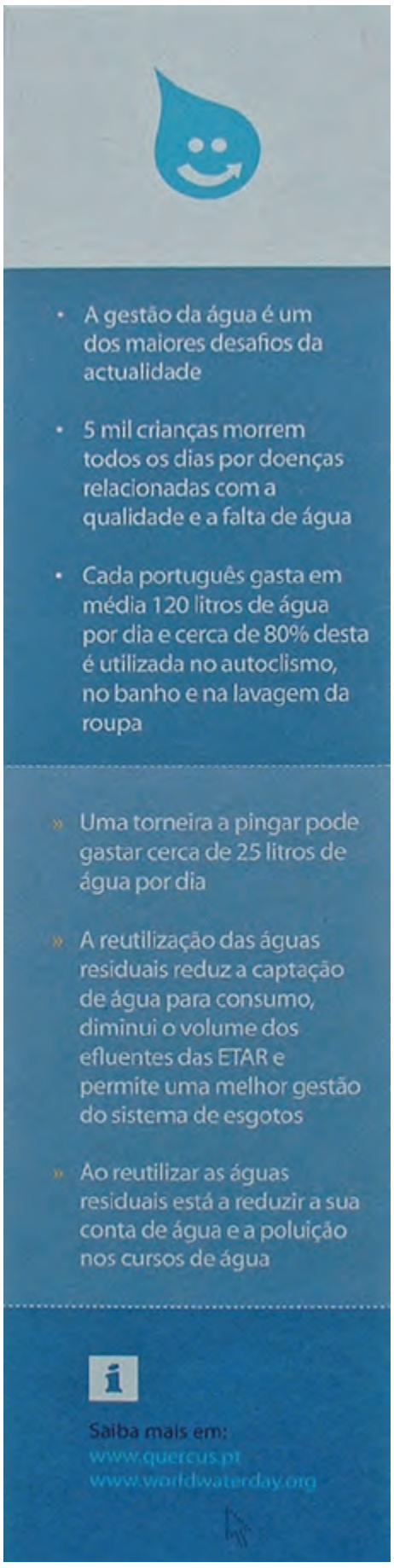
LUÍS AVELAR

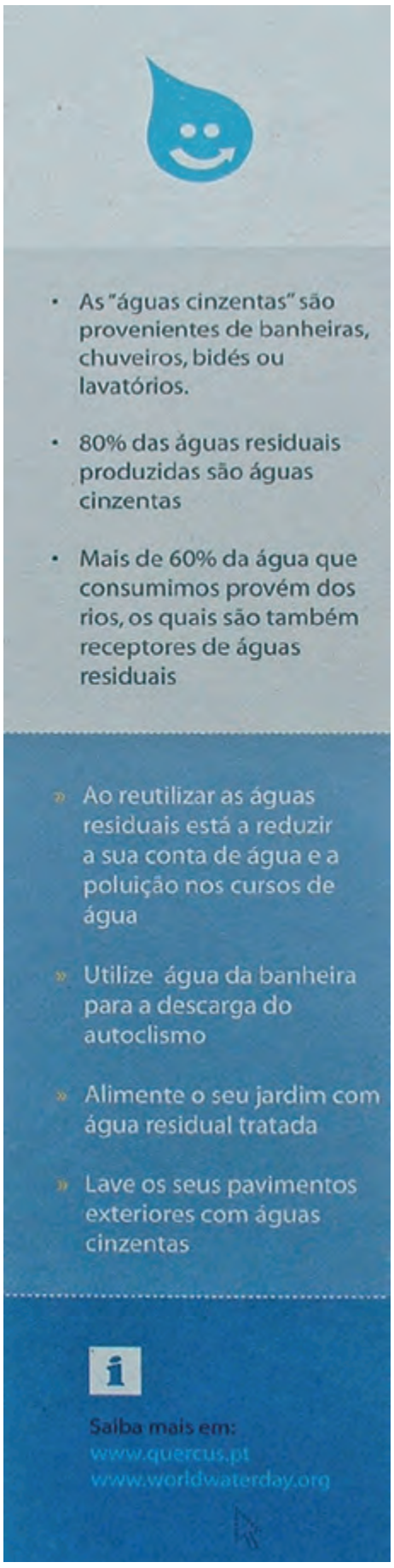
A reutilização das águas residuais traz inúmeras vantagens: reduz a necessidade de captar água para consumo, diminui a descarga de efluentes de ETAR e a poluição nos cursos de água receptores e diminui também a conta da água das nossas casas. Para começar já, aqui ficam alguns conselhos que pode aplicar todos os dias.

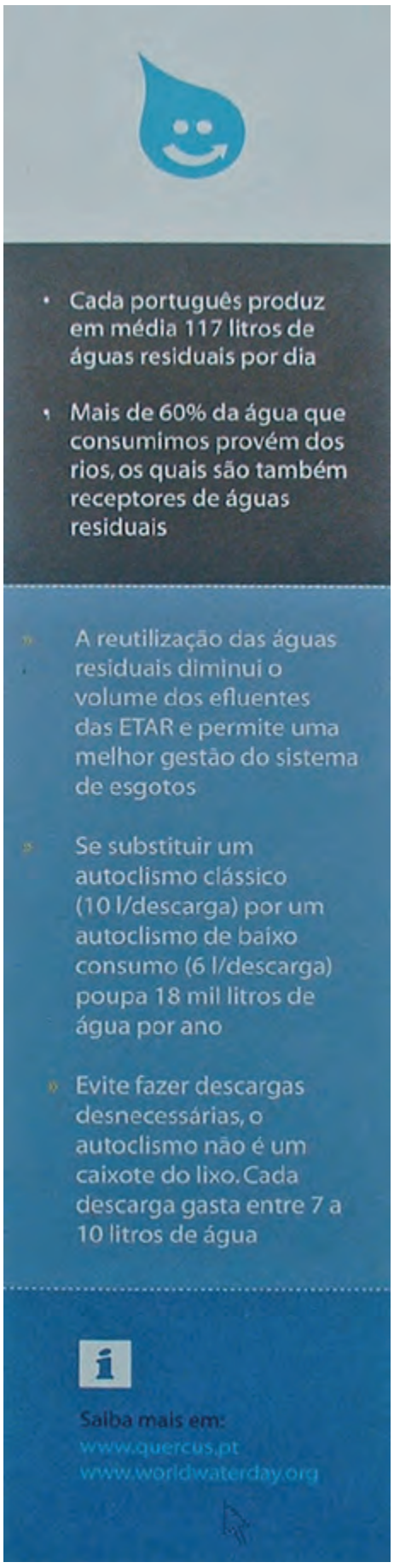
Este ano, o tema escolhido pelas Nações Unidas foi o Saneamento, mostrando a preocupação da comunidade internacional com o progresso insuficiente realizado até agora para atingir a meta de saneamento global, reconhecendo simultaneamente a capacidade de melhorar as condições de saneamento, se todos assumirmos compromissos nesse sentido e praticarmos as acções necessárias. O saneamento, para além de ser vital para a saúde humana e benéfico para o ambiente, gera também benefícios económicos e sociais.

A nível mundial, existem nos dias de hoje pelo menos 2.6 mil milhões de pessoas (41% da população mundial) que não têm acesso a latrinas ou a qualquer infra-estrutura básica de saneamento. Todos os dias morrem 5 mil crianças devido a doenças relacionadas com a qualidade e a falta de água. Dos 2 milhões de pessoas que morrem todos os anos devido a diarreias (doenças que poderiam ser evitadas com a melhoria das condições de saneamento), a maioria são crianças com menos de 5 anos de idade.

Uma das vertentes do saneamento é a drenagem e o tratamento das águas residuais. Em Portugal, segundo dados do INSAAR referentes a 2005, há mais de 2 milhões de portugueses que não têm acesso à rede de drenagem de águas residuais (25% da população portuguesa) e mais de 3 milhões que não têm acesso à rede de tratamento de águas residuais (34%). Das águas residuais que são drenadas, mais de 14% são descarregadas directamente no meio receptor, sem tratamento. Das 4187 instalações de tratamento que existiam em 2005, quase 70% correspondem a fossas sépticas com tratamento primário, 22% são ETAR com tratamento secundário e apenas 1,5% têm tratamento primário. Em termos quantitativos (m3), as ETAR recebem cerca de 93% das águas residuais totais, sendo 40% destas sujeitas a tratamento secundário e 24,2% a tratamento terciário. Segundo o Decreto-Lei nº152/97, de 19 de Junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 172/2001, de







26 de Maio e revisto posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de Junho), as águas que irão ser descarregadas em áreas classificadas como zonas sensíveis terão que ser sujeitas a um nível de tratamento terciário. As águas costeiras, com excepção das do Algarve, são consideradas zonas menos sensíveis.

As metas do PEASAAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II, para o horizonte temporal 2007-2013), pretendem atingir os 90% da população servida por drenagem de águas residuais em 2013, o que continuará a ser insuficiente. O investimento e o interesse na melhoria das redes de abastecimento e de drenagem de águas residuais terá que aumentar, para cumprir satisfatoriamente a obrigação de incluir toda a população portuguesa.

Para além disso, continuam problemas importantes por resolver no funcionamento das ETAR e no processo de tratamento de águas residuais, como é o caso da valorização e deposição das lamas, que podem ser utilizadas na recuperação de solos, na selagem de lixeiras e recuperação paisagística e na recuperação de taludes nas estradas, entre outras aplicações extremamente úteis.

O saneamento, para além de ser vital para a saúde humana e benéfico para o ambiente, gera também benefícios económicos e sociais.

Apesar dos constrangimentos existentes que têm que ser resolvidos ao nível governamental, há determinadas acções que cada um de nós pode realizar e que podem contribuir para a gestão adequada do sistema de saneamento, com todos os benefícios que isso traz.

No dia 20 de Março, para celebrar o Dia Mundial da Água, a Quercus realizou uma actividade de sensibilização pública junto à estação do Oriente, entre as 8h e as 10h. Pretendia-se chamar a atenção para o facto de considerarmos as águas residuais como lixo, uma vez que, todos os dias, cada português produz e deita fora cerca de 117 litros de águas residuais (PNUEA, 2005). Sacos para o lixo de 3 cores diferentes (azul, cinzento e preto) foram pendurados em frente às escadas rolantes da saída exterior da estação de metro do Oriente. Cada cor representava um tipo de água (azul - águas limpas; cinzento - águas residuais cinzentas; preto - águas residuais negras) e cada saco apresentava uma frase alusiva ao tema. Foram também distribuídos marcadores de livros com informação sobre o tema e com conselhos de reutilização de águas residuais, gestos simples que se podem realizar diariamente e que podem contribuir para reduzir substancialmente a quantidade de água utilizada.

BREVES

Jogos da Lusofonia e Quercus firmam parceria ambiental

DR

A Comissão Organizadora dos 2.ºs Jogos da Lusofonia e a Quercus assinaram, na sede do Comité Olímpico de Portugal, um Protocolo de Cooperação visando defender e desenvolver boas práticas de protecção do ambiente no evento a realizar de 11 a 19 de Julho de 2009, em Lisboa.

O acordo foi assinado pelo Presidente da COJOL, José Vicente Moura, e pelo presidente da Quercus, Hélder Spínola de Freitas, na presença de Rosa Mota e Marques da Silva, membros do Conselho de Gestão, João Ribeiro, Director Executivo.

O carácter inovador deste acordo foi destacado por Vicente Moura que o considerou um marco histórico, pretendendo repeti-lo em futuros eventos organizados pelo C.O.P., seguindo a prática de preocupações ambientalistas do próprio Comité Olímpico Internacional.

Num momento marcante para a Quercus, Hélder Spínola considerou que a parceria com a COJOL faz todo o sentido, constituindo um contributo efectivo para dar resposta de forma integrada a problemas ambientais efectivos, não apenas da própria competição desportiva e da componente do lazer, mas também pela oportunidade de integração de outras sociedades.

As duas entidades pretendem difundir boas práticas na natureza e protecção do ambiente nos quatro continentes, através dos parceiros da ACOLOP, com o objectivo de criar uma rede de boa consciência para os assuntos e protecção do Planeta Terra

Reserva Ecológica Nacional (REN)

IDALINA PERESTRELO

Mais de 20% das Resoluções de Conselho de Ministros nos 3 primeiros meses em 2008 alteram REN - 43 concelhos abrangidos desde Janeiro 2007

A Quercus divulgou um levantamento do número de Resoluções de Conselho de Ministros (RCM's) desde 1 de Janeiro de 2007, tendo identificado 43 municípios que viram alterada a área de REN do seu concelho. Na maioria das situações, tratou-se de retirar área anteriormente classificada como REN para instalação de empreendimentos industriais, turísticos ou até mesmo urbanísticos, em zonas que, como já se referiu, mereciam a devida salvaguarda. Em 2008, mais de 20%, 11 em 53, das RCM's corresponderam a decisões do Governo neste sentido

Mais informações em www.quercus.pt

Giestas – as Maias

As giestas são conhecidas como Maias, pois no 1º de Maio há o hábito, no Interior Norte e Centro de Portugal, de colocar um ramo desta espécie nas portas ou janelas das casas, "contra o carrapato", ou seja, contra o mau-olhado, ou "para que haja fartura"

Andreia Gama

L. FERNANDES

As giestas pertencem à vasta família das *Fabaceae* (*Leguminosae*), uma família cosmopolita. Em Portugal continental existem cerca de 220 espécies desta família, onde estão incluídas, por exemplo, o feijoeiro (*Phaseolus sp. pl.*), o trevo (*Trifolium sp. pl.*), a luzerna (*Medicago sativa*), a olaia (*Cercis siliquastrum L.*), a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua L.*), diversas espécies de codeços (*Adenocarpus sp.*), a carqueja (*Genista tridentata L.*), bem como algumas das espécies invasoras mais problemáticas em Portugal – as Acácias (*Acacia sp.*), entre tantas outras espécies autóctones e alóctones.

No nosso país existem, pelo menos, seis espécies do género *Cytisus*, as mais comuns são *Cytisus striatus* (no piso mesotemperado de influência atlântica), C. scoparius (giesta-das-vassouras) (em condições climáticas mais contrastadas e mais secas) e *C. multiflorus* (giesta-branca) que marca bem a influência mediterrânica, bem como a tendência continental do interior montanhoso. A giesta-branca, devido à qualidade das suas flores, tem um grande potencial melífero, para além do seu interesse em jardinagem e, tal como a giesta-das-vassouras, costumava ser utilizada no fabrico de vassouras artesanais. Neste artigo iremos centrar-nos especificamente na giesta-das-serras (*Cytisus striatus* (Hill.) Rothm.), a espécie dentro do género Cytisus com uma presença mais abrangente em Portugal continental.

Em tempos mais remotos, antes da generalização da utilização de adubos, a giesta-das-serras era semeada, juntamente com a giesta-branca (*Cytisus multiflorus* (L'Hér.) Sweet) no Norte e Centro de Portugal, com o intuito de restaurar a fertilidade dos solos cultivados com cereais. Efectivamente, uma das características mais frequentes nas espécies pertencentes à família das *Fabaceae* é a presença de pequenos nódulos nas raízes, nos quais se alojam bactérias fixadoras de azoto, sendo este processo de extrema importância para a agricultura e florestas, uma vez que conduz à independência de fertilizantes azotados.

Nem todas as espécies conhecidas por giesta pertencem ao género *Cytisus*. A giesteira comum ou giesta-dos-jardins (*Spartium junceum L.*) pertence, portanto, ao género *Spartium*. Esta espécie ocorre igualmente de forma espontânea por todo o país, contudo ainda não existe um consenso sobre se a mesma é autóctone ou exótica. As flores desta giesta desenvolvem-se em cachos que crescem nas extremidades dos ramos, contrariamente à giesta-das-serras, em que as flores crescem nas axilas das folhas.

Os solos pouco erodidos de terrenos agrícolas abandonados ou antigos bosques autóctones são colonizados pelas giestas amarelas (*C. striatus e C. scoparius*) ou pela giesta-branca, matizando as paisagens primaveris de amarelo vivo ou de uma brancura cândida.

A giesta-das-serras é um arbusto caducifólio, de ramos flexíveis, com folhas pubescentes constituídas por um a três folículos, flores amarelas, sendo o fruto uma vagem arredondada coberta por pêlos. É uma planta bem adaptada a ambientes muito expostos ao sol, rupícola (que vive nas rochas), sendo ainda frequente a sua utilização para colonizar plantações florestais e solos abandonados pela agricultura.

Em inglês, a giesta-das-serras, é conhecida como *Portuguese broom*, em referência à sua proveniência e igualmente à sua utilização para fazer vassouras. É nativa em Portugal, mas apresenta carácter invasivo em alguns países. Foi introduzida em 1960 na Califórnia, com o intuito de controlar a erosão do solo, mas hoje em dia é considerada uma espécie invasora, como acontece com algumas das espécies introduzidas em Portugal, constituindo a acácia um exemplo paradigmático. As espécies invasoras adquirem uma tal capacidade de se multiplicar sem a intervenção directa do Homem, que têm vindo a ameaçar as espécies nativas, chegando mesmo a eliminá-las em algumas situações.

Ficha técnica

Família: *Fabaceae*
Género: *Cytisus*
Espécie: *Cytisus striatus* (Hill.) Rothm.
Nome vulgar: Giesta-das-serras; Giesta-amarela; Giesta-negral.
Época de floração: Abril-Junho.
Descrição: arbusto de 1 a 3 metros de altura, caducifólio, ramos abundantes, estriados e flexíveis, com 7 ou mais costas em forma de T no corte transversal; pode formar um pequeno tronco quando podado para o efeito;
Folhas: pubescentes constituídas por 1 a 3 folículos, até 13*6 mm, que surgem nas bases dos ramos.
Flores: solitárias, amarelas; cálice em forma de campânula, bilabiado, com bordo superior da quilha curvo na extremidade formando um bico e bordo inferior anguloso; androceu com 9 estames – 5 compridos, 2 medianos e 2 curtos; estilete comprido na extremidade.
Fruto: vagem até 30*12 mm de comprimento, arredondada, com faces ocultas pela densa penugem acinzentada que as cobre.
Habitat: vegeta em locais com um estrato arbóreo mais ou menos denso e contínuo (matos); comunidades arbustivas, nas quais o estrato arbóreo é inexistente ou pouco significativo (matagais); coloniza plantações florestais e solos abandonados pela agricultura; é frequente em ambiente rupícolas.
Distribuição: oeste da Península Ibérica e Noroeste de Marrocos; introduzida no Oeste da Europa e Norte da América; em Portugal tem a sua área de distribuição alargada a todo o território continental, o que se deve, em parte, à acção do homem.
Curiosidades: à semelhança das outras espécies de giestas é muito utilizada na compostagem de estrumes e para "fazer a cama" de animais.

Aves da Madeira

Gonçalo Elias

Nos últimos anos a Madeira tem merecido uma crescente atenção, por parte de ornitólogos e observadores de aves, que aqui se deslocam propositadamente com o intuito de observar as aves da região. As aves mais procuradas pelos visitantes são as espécies endémicas e as aves marinhas. Com efeito, as aves destes dois grupos são as mais características do arquipélago e por isso têm merecido mais destaque, quer por parte das associações, quer até na Internet. Contudo, a avifauna da Madeira é bastante variada e não se esgota nestes dois grupos de aves.

Os endemismos madeirenses

Uma das características mais marcantes dos meios insulares em termos de biodiversidade é a existência de um elevado número de endemismos, isto é, de espécies (ou subespécies) cuja distribuição mundial se encontra restrita a uma ilha ou conjunto de ilhas.

No caso das aves da Madeira, existem três espécies de aves que são endémicas da ilha e mais três espécies que apenas são partilhadas com outras ilhas da região macaronésica.

As três espécies que ocorrem unicamente na Madeira são:

► **Freira da Madeira** (*Pterodroma madeira*) – trata-se de uma ave marinha que se encontra fortemente ameaçada. O único local de nidificação conhecido situa-se nas terras altas da ilha da Madeira, perto do Pico do Areeiro.

► **Pombo-trocaz** (*Columba trocaz*) – este pombo de hábitos florestais encontra-se distribuído pela floresta laurissilva e tem uma população estimada de 3000 indivíduos. Esta espécie é geneticamente próxima de duas outras espécies de pombo existentes nas ilhas Canárias (*Columba bollii e C. junoniae*).

► **Bis-bis** (*Regulus madeirensis*) – Esta minúscula ave, a mais pequena da Madeira, distribui-se um pouco por toda a ilha. Até há pouco tempo era considerada conspecífica da estrelinha-de-cabeça-listada, que se distribui pela Europa continental, mas recentemente foi-lhe atribuído o estatuto de espécie. É uma ave relativamente comum na ilha da Madeira.

As quatro espécies que se encontram restritas à Macaronésia são:

► **Freira do Bugio** (*Pterodroma feae*) – É uma ave marinha aparentada à Freira da Madeira. Por vezes é avistada em viagens por mar, por exemplo entre a Madeira e o Porto Santo. Nidifica no ilhéu do Bugio (Desertas) e também nalgumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

HELDER SPÍNOLA

► **Andorinha-da-serra** (*Apus unicolor*) – Encontra-se na Madeira e nas Canárias. É uma ave de hábitos aéreos que pode ser vista em voo em qualquer local da ilha.

► **Corre-caminho** (*Anthus berthelotii*) – É uma pequena ave insectívora, da família das petinhas, que ocorre em todas as ilhas do arquipélago da Madeira, incluindo as Desertas e as Selvagens, e também pelo arquipélago das Canárias. É comum e fácil de observar em zonas abertas.

► **Canário-da-terra** (*Serinus canaria*) – Esta espécie granívora, parente próximo do canário-doméstico, é muito comum e relativamente fácil de observar em toda a ilha. Distribui-se pelos arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias.

CATARINA PRAZERES

Calca-mar (Pelagodroma marina)

Aves marinhas

Para além dos endemismos, o "prato forte" da Madeira são as aves marinhas. Adicionalmente às duas freiras, já mencionadas, nidificam na região algumas outras espécies de aves marinhas. A ordem mais bem representada é a dos Procelariiformes, que conta com nada menos que sete espécies: as duas freiras, já mencionadas, o pintainho ou pardela-pequena (*Puffinus assimilis*), a alma-negra ou pardela de Bulwer (*Bulweria bulwerii*), a cagarra (*Calonectris diomedea*), o roque de Castro (*Oceanodroma castro*) e o calca-mar (*Pelagodroma marina*) – este último apenas nas Selvagens. A sobrevivência destas aves depende da existência de locais de nidificação seguros e por isso é importante assegurar a conservação dos locais de nidificação conhecidos. A principal ameaça à integridade das colónias são os predadores terrestres, muitas vezes introduzidos por mão do Homem, nomeadamente gatos e ratos.

Há ainda as vulgares gaivotas-argênteas (*Larus michahellis atlantis*) e os garajaus ou andorinhas-do-mar (*Sterna hirundo*), que nidificam em diversos ilhéus em redor da ilha.

Outras aves nidificantes

Apesar do destaque que os endemismos e as aves marinhas justamente merecem, é importante lembrar que a diversidade avifaunística do arquipélago da Madeira não se esgota nestas espécies e incluem muitas outras espécies de aves. Entre as mais características e bem distribuídas, refiram-se: a manta (chamada águia-de-asa-redonda no continente), a lavandeira (alvéola-cinzenta), o papinho (pisco-de-peito-ruivo), o melro e o tentilhão. Outras são mais escassas e têm uma distribuição mais localizada, como o cigarrinho (toutinegra-tomilheira), o pardal-da-terra (pardal-francês) ou o pintarroxo. Um caso curioso é o do lugre, que só há poucos anos foi descoberto a nidificar nos bosques de coníferas de maior altitude.

No total, a comunidade de aves nidificantes do arquipélago conta cerca de 40 espécies de aves, assim distribuídas:

► 4 espécies de aves de rapina (sendo 3 diurnas e 1 nocturna)
► 10 espécies de aves marinhas
► 1 espécie de ralídeo
► 2 espécies de limícolas
► 2 espécies de andorinhões
► 2 ou 3 espécie de columbídeos (pombos e rolas)
► 1 espécie de poupa
► 15 espécies de passeriformes
► 3 espécies introduzidas

Adicionalmente, ocorrem na região diversas espécies de aves europeias durante as épocas de passagem migratórias. Os grupos mais bem representados são as aves aquáticas, nomeadamente as limícolas, os moleiros, as gaivotas, os garajaus (andorinhas-do-mar) e, em menor quantidade, as garças. Também é frequente observarem-se alguns passeriformes migradores, alguns dos quais ficam regularmente para invernar, como a laverca, a lavandeira-branca (alvéola-branca) e o estorninho-malhado.

O Porto Santo

Apesar da sua relativa proximidade à Madeira, a ilha de Porto Santo apresenta características muito diferentes das da Madeira: é menos acidentada, tem menos vegetação e é consideravelmente mais árida. Não surpreende, por isso, que a sua avifauna seja substancialmente diferente da da ilha-mãe. Com efeito, muitas das espécies que são frequentes nas zonas arborizadas da Madeira são raras ou estão ausentes no Porto Santo. Em contrapartida, ocorrem aqui algumas espécies que são difíceis de ver na Madeira. É o caso da poupa, do pardal-espanhol e do pardal-da-terra (pardal-francês). Por outro lado, a existência de alguns pontos de água doce (no "Tanque" e no campo de golfe) atrai algumas espécies de aves migradoras, como mergulhões, colhereiros e limícolas, que encontram aqui um local de repouso e de alimentação. Assim, o Porto Santo constitui um local de grande interesse para os observadores de aves, seja para os que pretendem observar as aves nidificantes que não ocorrem na Madeira, seja para os que se interessam pela observação de espécies raras.

CATARINA PRAZERES

Cagarra (Calonectris diomedea)

Legislação Ambiental

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA

• **DR 40 SÉRIE I de 2008-02-26**
Decreto Regulamentar n.º 6/2008 - MAOTDR
Cria as Zonas de Protecção Especial (ZPE) de Monforte, Veiros, Vila Fernando, São Vicente, Évora, Reguengos, Cuba e Piçarras

• **DR 56 SÉRIE I de 2008-03-19**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo

• **DR 60 SÉRIE I de 2008-03-26**
Decreto Regulamentar n.º 10/2008 - MAOTDR
Cria as zonas de protecção especial de Monchique e do Caldeirão

• **DR 61 SÉRIE I de 2008-03-27**
Decreto-Lei n.º 59/2008 - MAOTDR
Altera os limites das zonas de protecção especial de Moura/Mourão/Barrancos e Castro Verde, definidos nos anexos XXIV e XXV do Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro

• **DR 68 SÉRIE I de 2008-04-07**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão (POPNAL)

ENERGIA / ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS /POLUIÇÃO DO AR

• **DR 38 SÉRIE I de 2008-02-22**
Portaria n.º 201/2008 - MEI
Fixa as taxas a cobrar pelos serviços previstos no n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de Novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de microprodução

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• **DR 35 SÉRIE I de 2008-02-19**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Arcos de Valdevez, pelo prazo de dois anos

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2008 - PCM**
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Rio Maior

• **DR 36 SÉRIE I de 2008-02-20**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Paços de Ferreira

• **DR 38 SÉRIE I de 2008-02-22**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Óbidos, pelo prazo de dois anos

• **DR 39 SÉRIE I de 2008-02-25**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Arcos de Valdevez

• **DR 39 SÉRIE I de 2008-02-25**
Decreto n.º 4/2008 - MADRP
Exclui do regime florestal parcial a área de 114 ha, situada na freguesia da Amareleja, no perímetro florestal das Ferrarias (implantação da central fotovoltaica de Moura)

• **DR 40 SÉRIE I de 2008-02-26**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal do Seixal, pelo prazo de dois anos

• **DR 41 SÉRIE I de 2008-02-27**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Geral de Urbanização de Vila do Bispo, pelo prazo de dois anos

• **DR 41 SÉRIE I de 2008-02-27**
Decreto n.º 5/2008 - MADRP
Exclui do regime florestal parcial uma área de 35,0652 ha situada no perímetro florestal da serra de Arga, e submete ao regime florestal parcial uma área de 35,0770 ha (perímetro florestal da serra de Arga)

• **DR 42 SÉRIE I de 2008-02-28**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2008 - PCM
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Tomar
Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vila do Conde, pelo prazo de dois anos

• **DR 43 SÉRIE I de 2008-02-29**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2008 - PCM
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Trofa
Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2008 - PCM
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Boticas

• **DR 44 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-03-03**
Portaria n.º 216-B/2008 - MAOTDR
Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva
Portaria n.º 216-C/2008 - MAOTDR
Aprova os modelos do aviso de pedido de licenciamento de operações urbanísticas, do aviso de apresentação de comunicação prévia de operações urbanísticas e do aviso de pedido de parecer prévio ou de autorização de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública
Portaria n.º 216-D/2008 - MAOTDR
Aprova os modelos de alvarás de licenciamento de operações urbanísticas
Portaria n.º 216-E/2008 - MAOTDR
Enuncia todos os elementos que devem instruir os pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização de utilização das diversas operações urbanísticas
Portaria n.º 216-F/2008 - MAOTDR
Aprova os modelos de aviso a fixar pelo titular de alvará de licenciamento de operações urbanísticas e pelo titular de operações urbanísticas objecto de comunicação prévia e a publicar pelas entidades promotoras de operações urbanísticas

• **DR 45 SÉRIE I de 2008-03-04**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2008 - PCM
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Valpaços

• **DR 50 SÉRIE I de 2008-03-11**
Portaria n.º 232/2008 – MAOTDR; MOPTC
Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas

• **DR 55 SÉRIE I de 2008-03-18**
Decreto Regulamentar n.º 9/2008 - MADRP
Aprova o estabelecimento de zonas de produção aquícola em mar aberto, bem como as condições a observar para efeitos de autorização de instalação e licença de exploração

• **DR 56 SÉRIE I de 2008-03-19**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2008 - PCM
Aprova a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Palmela (área de implantação da Plataforma Logística Multimodal do Poceirão)

• **DR 64 SÉRIE I de 2008-04-01**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2008 - PCM
Ratifica parcialmente a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Coimbra (futuro Plano de Pormenor da Estação)

• **DR 65 SÉRIE I de 2008-04-02**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Paredes

• **DR 66 SÉRIE I de 2008-04-03**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Aguiar da Beira pelo prazo de dois anos

• **DR 73 SÉRIE I de 2008-04-14**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Gouveia

QUÍMICOS

• **DR 34 SÉRIE I de 2008-02-18**
Decreto Legislativo Regional n.º 3/2008/M - RAM
Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais na Região Autónoma da Madeira

RESÍDUOS

• **DR 50 SÉRIE I de 2008-03-11**
Decreto-Lei n.º 45/2008 - MAOTDR
Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, do Parlamento

Legenda
AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico
Sumários (http://dre.pt/)

Europeu e do Conselho (transferência de resíduos)

• **DR 51 SÉRIE I de 2008-03-12**
Decreto-Lei n.º 46/2008 - MAOTDR
Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição

• **DR 55 SÉRIE I de 2008-03-18**
Portaria n.º 242/2008 - MAOTDR
Estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito)

• **DR 63 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-03-31**
Portaria n.º 249-B/2008 - MAOTDR
Altera o prazo de preenchimento dos mapas de registo de resíduos relativos aos dados do ano de 2007 para 31 de Março de 2009

OUTROS

• **DR 39 SÉRIE I de 2008-02-25**
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 8/2008/M
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
Resolve pronunciar-se favoravelmente à exigência de que não deverá o Estado Português proceder à ratificação do Tratado de Lisboa sem que esteja salvaguardado o interesse específico regional em matérias de defesa do ambiente e equilíbrio ecológico, no desenvolvimento piscícola, na conservação e gestão dos recursos biológicos do mar

• **DR 47 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-03-06**
Portaria n.º 229-A/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas»

• **DR 48 SÉRIE I de 2008-03-07**
Decreto-Lei n.º 39/2008 - MEI
Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

• **DR 71 SÉRIE I de 2008-04-10**
Decreto-Lei n.º 67/2008 - MEI
Aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, a delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo

internet
Links

O FAPAS é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, constituída em 1990 por pessoas com longa experiência no domínio da conservação da Natureza, vocacionada para a promoção de acções que visam a protecção e recuperação da fauna e flora selvagens.
Agindo sempre de forma livre e independente, o FAPAS é financiado com as quotas dos seus sócios, com patrocínios de diversas entidades para campanhas específicas, e com verbas comunitárias para o desenvolvimento de Projectos. Conta ainda com o apoio técnico de biólogos e advogados, para suporte científico e legal das suas acções.
http://www.fapas.pt

A SPEA é uma associação científica sem fins lucrativos que promove o estudo e a conservação das aves em Portugal. Foi fundada em 25 de Novembro de 1993, correspondendo a um desejo manifestado por um grande número de profissionais e amadores desenvolvendo actividade na área da Ornitologia e conservação da avifauna.
A SPEA tem como missão trabalhar para o estudo e a conservação das aves e seus habitats, promovendo um desenvolvimento que garanta a viabilidade do património natural para usufruto das gerações futuras.
http://www.spea.pt

A Mais Ambiente é um projecto editorial que pretende colmatar a lacuna existente na imprensa escrita de temática ambiental, de forma prática e acessível, mas com a qualidade que especialistas reconhecidos asseguram. Informação ambiental que espelhe preocupação sobre o estado do ambiente em Portugal mas que também permita conhecer o que de positivo tem sido feito. De forma isenta, de forma didáctica e de forma critica quando necessário.
http://www.maisambiente.pt

A Sociedade Ponto Verde S.A. é uma entidade privada, sem fins lucrativos, constituída em Novembro de 1996, com a missão de promover a recolha selectiva, a retoma e a reciclagem de resíduos de embalagens, a nível nacional.
www.pontoverde.pt

Leitura ecológica

Brochura "OGM e Agricultura"

Este documento procura reunir de forma resumida o conhecimento científico e as informações importantes, mais actuais e tão exactas quanto possível, sobre os aspectos dos organismos geneticamente modificados com maior relevância para a agricultura, a pecuária e os agricultores.

Autora: Alexandra Azevedo
Preço: 3,5 €

O Condomínio da Terra

Das Alterações Climáticas a uma Nova Concepção Jurídica do Planeta

A crise ambiental é, antes de mais, um problema do homem, que ao homem compete resolver.
Indispensável e urgente é tomar consciência de que existe uma deficiente adaptação das sociedades humanas às circunstâncias impostas pelo planeta que habitam, o qual é dominado por profundas e intricadas inter relações naturais.
O CONDOMÍNIO DA TERRA tem como objectivo conciliar os homens com o seu planeta, possibilitando a coexistência de soberanias autónomas num espaço colectivo, ou seja, um poder político, supremo e independente, relativo à fracção territorial de cada estado, e partilhado, no que concerne as partes comuns.
Paulo Magalhães alicerça a sua proposta na experiência jurídica, amplamente testada, da propriedade condominial, trabalhando-a à escala da Casa Comum da humanidade.

Autor: Paulo Magalhães
Preço: 12,00 €

Pode adquiri-los através da e-loja da Quercus – http://e-loja.quercus.pt

Conselho ambiental

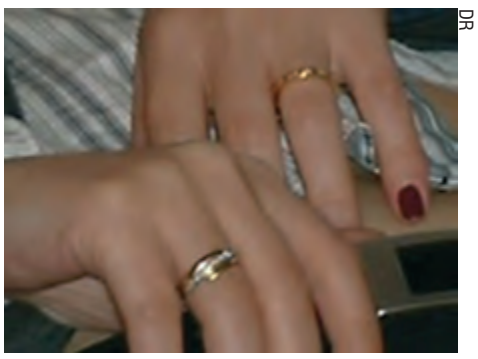
Casamentos/eventos ecológicos

DR

A chegada da Primavera e com ela os dias mais longos e as temperaturas mais amenas, tornam este período propício à realização de eventos (festas, casamentos, piqueniques, etc.). Nestes, como noutros momentos, é possível procurar reduzir o nosso impacte no ambiente tendo alguns pequenos cuidados. Aqui apresentamos algumas sugestões. Não são as únicas possíveis, mas são já um bom começo.

►Procure que as deslocações de preparação sejam feitas, preferencialmente, com recurso aos transportes públicos ou, melhor ainda, usando e abusando da Internet e dos contactos telefónicos.

►Opte por convites feitos em casa a partir da reutilização de materiais ou tire partido das novas tecnologias e envie um email ou uma sms. Também pode criar uma página e convidar os seus amigos e familiares a visitá-la; se preferir o formato tradicional, utilize cartões de instituições como a UNICEF, em papel reciclado.


DR

Se o evento implicar a oferta de uma jóia e se ela contiver diamantes, seja responsável e solicite sempre a garantia escrita, por parte do fornecedor dos diamantes, em como estes são diamantes livres de conflito

►Na escolha da roupa opte por vestidos e fatos em segunda mão (de familiares, amigos ou pesquise na Internet ou em lojas de roupas em 2ª mão). Prefira tecidos em fibras naturais: algodão (orgânico, uma vez que o algodão comum tem, em muitos casos, um fortíssimo impacto ambiental), linho, seda. Se não sente a necessidade de guardar os seus vestidos (por exemplo o de noiva), aproveite para o doar ou vender e fazer um donativo a instituições de solidariedade social ou a associações como a Quercus.

►Se o evento implicar a oferta de uma jóia e se ela contiver diamantes, seja responsável e solicite sempre a garantia escrita, por parte do fornecedor dos diamantes, em como estes são diamantes livres de conflito (obtenha mais informação sobre esta certificação em: www.kimberleyprocess.com).

►Se quer comprar ou oferecer algum artigo em ouro tenha em consideração que na produção de um anel ou uma aliança são originadas cerca de 20 toneladas de resíduos – alguns deles perigosos –, grande parte dos locais onde o ouro é explorado são áreas naturais e cerca de ¼ dos locais naturais classificados como património da Humanidade já foram ou estão ameaçados pela exploração de ouro. Para além disso, cerca de metade das explorações ocorrem em territórios de populações indígenas e poluem o ar, as águas e o solo, introduzindo no ambiente substâncias como o cianeto ou o mercúrio e afectando a saúde das populações. Assim, opte por comprar ouro reciclado ou peças antigas; também pode dar um novo uso a peças em ouro que tenha em casa e que já não use, transformando-as em peças únicas (mais informações em: http://www.nodirtygold.org).

►Escolha penteados simples que não requeiram tanto tempo de uso de secador ou de lacas. Não só poupará energia, como evitará entrar em contacto com produtos perigosos. No caso da maquilhagem, opte por usar a menor quantidade possível e prefira produtos de origem natural (preferencialmente de produção orgânico ou biológica) e que não tenham sido testados em animais.

►Na decoração do local pode utilizar produtos naturais, reciclados ou recicláveis; junte os seus amigos e prepare os seus próprios arranjos florais, reutilizando materiais como papel, tecidos ou plásticos. Se optar por flores, procure que sejam orgânicas. Uma outra opção passa por colocar pequenas árvores ou arbustos autóctones ou mesmo ervas aromáticas em pequenos vasos, que depois poderão ser levadas pelos convidados.

►Analise o local onde a festa irá decorrer do ponto de vista das acessibilidades, de forma a poder estimular o uso de transportes públicos; se for um casamento, procure um local onde haja grande proximidade entre o local do casamento, o local onde se tiram as fotografias e o local das refeições.

►Se possível procure que a festa comece de manhã, pois desta forma poderá aproveitar a luz natural durante um maior período de tempo; nestes casos opte por locais onde a luz natural possa ser aproveitada em pleno; se tiver que optar por iluminação artificial, procure usar apenas lâmpadas eficientes.

DR

Prepare os seus próprios arranjos florais, reutilizando materiais como papel, tecidos ou plásticos. Se optar por flores, procure que sejam orgânicas

► Ao escolher as refeições e os produtos alimentares que serão oferecidos aos seus convidados opte por produtos nacionais, de origem orgânica, preferencialmente de produção local e adaptados à época. No caso dos produtos que têm que ser importados (por exemplo o café, chocolate, coco, etc.) procure que sejam provenientes do comércio justo

DR

►Prefira servir chás/infusões de ervas (gelados ou não, mas feitos no momento) em vez de bebidas processadas e refrigerantes.

►Utilize loiça lavável e reutilizável.

►Procure introduzir alguns pratos vegetarianos, mesmo que não siga esta dica em todos os pratos, pode fazê-lo num prato principal, nas entradas ou em qualquer outro momento. Reduza ao máximo o consumo de carne ou de espécies de peixe em vias de extinção como o bacalhau.

►As fotografias são sempre um elemento importante num evento. Opte por fotografias digitais, e prepare uma página online onde disponibilize as fotografias mais interessantes para que qualquer familiar ou amigo possa aceder.

►Procure sensibilizar os seus convidados para que comecem também a integrar estas práticas mais sustentáveis no seu dia-a-dia.

E não desespere se lhe parecer muito difícil seguir todos estes conselhos à risca. Comece por aqueles que melhor se adequarem à sua realidade. Progressivamente verá que será possível ir alargando a outras áreas. Susana Fonseca

EDITAL
Aviso Convocatório
Assembleia-Geral Extraordinária da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Santo André, 21 de Junho de 2008, às 14:00.
De acordo com os Artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma reunião extraordinária da Assembleia-Geral, a realizar no Auditório da Biblioteca Municipal de Santo André, situada no Empreendimento Brasil – Edifício Copacabana, em Santo André, no dia 21 de Junho de 2008 (Sábado), com início às 14:00 horas, e término até às 19:30, com a seguinte ordem de trabalhos:
1 – Apreciar e votar o balanço e contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2007;
2 – Apreciar e votar o orçamento para o exercício de 2008;
3 – Eleger o tesoureiro da Direcção Nacional e um vogal do Conselho Fiscal, para cumprir o definido no n.º 5 do Art.º 15.º dos Estatutos;
4 – Deliberar sobre alterações ao Regulamento Interno e introdução de um capítulo relativo à aprovação de regras de financiamento à Associação, de acordo com o n.º 3 do Art.º 23.º do mesmo;
5 – Deliberar sobre eventuais recursos ao abrigo da alínea g) do Art.º 8.º ou do n.º 2 do Art.º 29 dos Estatutos;
6 – Discutir e votar sobre decisões relativas a processos disciplinares;
7 – Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a Associação.

De acordo com o n.º 2 do Art.º 19.º, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.
De acordo com o n.º 3 do Art.º 10.º, os associados com direito a voto são os que tiverem as suas quotas até 2006 regularizadas.

Tentar-se-á disponibilizar atempadamente os principais documentos que irão ser apreciados através do sítio http://www.quercus.pt/ da Internet.
Coimbra, 7 de Maio de 2008

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral,
Maria de Lurdes Cravo

Mais Notícias com a nova "newsletter" da Quercus-ANCN

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado já há algum tempo o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

Assembleia do Núcleo Regional do Porto da Quercus

Dia 30 de Junho de 2008, pelas 19.00 horas, na sede do Núcleo Regional do Porto, Rua João Maia, 540, 4475-643 Avioso
Nos termos dos respectivos Estatutos, convocam-se todos os sócios da Quercus – ANCN, pertencentes à área geográfica do Núcleo Regional do Porto, para reunirem em Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 30 de Junho de 2008, pelas 19.00 horas, na sede do Núcleo Regional do Porto, Rua João Maia, 540, 4475-643 Avioso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Informações;
2 - Apreciação e votação dos Relatórios de Actividades e de Contas referentes ao ano de 2007;
3 - Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2008;
4 – Outros assuntos.
Nomeia-se o sócio Ricardo Marques para presidir à Mesa da Assembleia de Núcleo.

Caso não se encontrem presentes mais de metade dos sócios com direito a voto à hora marcada, a Assembleia reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.

Porto, 30 de Abril de 2008.

O Presidente da Direcção Nacional,
Hélder Spínola
Mais informações em http://porto.quercus.pt

Pagamento de Quotas

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento de quotas em atraso.
O pagamento pode ser efectuado em cheque ou vale postal ou ainda por transferência bancária (neste caso contacte primeiro a Gestão de Sócios para mais informações). Mais se informa que em 2008 as quotas manterão o mesmo valor de 2007.
Para qualquer esclarecimento contactar ***Gestão de Sócios através do e-mail:*** *gestaosocios@quercus.pt*

Mecenas:

Brisa
vodafone
bp
Águas de Portugal
Labesfal Genéricos
HONDA The Power of Dreams

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Estatuto Sócio
Núcleo
Data
/

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura
QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS
Recebido – núcleo / CEA / etc. Receptor da Inscrição

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação de Conservação da Natureza
Morada: Centro Associativo do Calhau • Bairro do Calhau • 1500-045 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente:jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt
Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes
Colaboraram neste número: Adriana Floret, Ângela Pereira, Andreia Gama, Cláudia Silva, Centro de Informação de Resíduos (CIR), Direcção Nacional da Quercus, Gonçalo Elias, Helder Spínola, Idalina Perestrelo, José Paulo Martins, Luís Avelar, Manuel Trindade, Núcleo Regional de Braga da Quercus, Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus, Núcleo Regional de Portalegre da Quercus, Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus, Núcleo Regional do Porto da Quercus, Paula Lopes da Silva, Paulo Lucas, Paulo Magalhães, Ricardo Marques, Sandra Oliveira, Sara Campos, Sofia Vilarigues, Susana Fonseca, Zoomarine.
Fotografia Capa: Helder Spínola (HS), Ali Taylor(AT)
Fotos: Ana Fonseca, Ângela Preira, Catarina Prazeres, Dário Cardador, Domingos Patacho, Emílio Moitas, Helder Spínola, Idalina Perestrelo, João Lousada, José Paulo Martins, Juan España, L. Fernandes, Luís Alves, Luís Avelar, Nuno Sequeira, Paulo Lucas, Ricardo Marques, Tiago Correia, www.dow.com, www.geocities.com, p2library.nfesc.navy.mil, Zoomarine.

Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10 000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Damos
Novos Mundos
à Saúde
Em termos **genéricos**, somos **Portugueses**.

Empresa certificada em
Segurança, **Qualidade** e **Ambiente**

TÜV SÜD ISO 9001
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS NP EN ISO 14001 SGS
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS OHSAS 18001 SGS

Fresenius Kabi
Caring for Life

LINHA DIRECTA LABESFAL GENÉRICOS 918 643 285

LABESFAL - LABORATÓRIOS ALMIRO, SA - Santiago de Besteiros - 3465-157 - Campo de Besteiros - PORTUGAL
Tel.: +351 232 83 11 00 • Fax: +351 232 83 11 12 • genericos@labesfal.pt

www.labesfalgenericos.pt

LABESFAL
GENÉRICOS
Pela Nossa Saúde